Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; e dá outras providências.	Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências.	Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera as Leis nºs 11.526, de 4 de outubro de 2007, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 12.513, de 26 de outubro de 2011, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 91, de 28 de agosto de 1935, e 12.101, de 27 de novembro de 2009; revoga dispositivo da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011; e dá outras providências.
	A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012	Art. 1º A Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 1º A Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 1º A Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 1º Fica estruturado, a partir de 1º de março de 2013, o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, composto pelas seguintes Carreiras e cargos:	"Art. 1º	"Art. 1°	"Art. 1°
§ 1º A Carreira de Magistério Superior é composta das seguintes classes,	§ 1º A Carreira de Magistério Superior é estruturada em classes A, B, C, D e E, e respectivos níveis de vencimento, na	§ 1° A Carreira de Magistério Superior é estruturada em classes A, B, C, D e E,	§ 1º A Carreira de Magistério Superior é estruturada em classes A, B, C, D e E e

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
<mark>observado o</mark> Anexo I <mark>:</mark>	<mark>forma do</mark> Anexo I <mark>.</mark>	e respectivos níveis de vencimento <mark>,</mark> na	respectivos níveis de vencimento na
		forma do Anexo I.	forma do Anexo I.
I - Professor Auxiliar;			<mark>I – (revogado);</mark>
II - Professor Assistente;			II - (revogado);
III - Professor Adjunto;			III - (revogado);
IV - Professor Associado; e			IV - (revogado);
<mark>V - Professor Titular.</mark>			<mark>V – (revogado).</mark>
	§ 2º As classes da Carreira de Magistério Superior receberão as seguintes denominações de acordo com a titulação do ocupante do cargo:	§ 2 As classes da Carreira de Magistério Superior receberão as seguintes denominações de acordo com a titulação do ocupante do cargo:	§ 2º As classes da Carreira de Magistério Superior receberão as seguintes denominações de acordo com a titulação do ocupante do cargo:
	I - Classe A, com as denominações de:	I - Classe A, com as denominações de:	I - Classe A, com as denominações de:
	a) Professor Adjunto A, se portador do título de doutor;	a) Professor Adjunto A, se portador do título de doutor;	a) Professor Adjunto A, se portador do título de doutor;
	b) Professor Assistente A, se portador do título de mestre ou;	b) Professor Assistente A, se portador do título de mestre ou;	b) Professor Assistente A, se portador do título de mestre <mark>;</mark> ou
I - Professor Auxiliar <mark>;</mark>	c) Professor Auxiliar, se graduado ou portador de título de especialista.	c) Professor Auxiliar, se graduado ou portador de título de especialista.	c) Professor Auxiliar, se graduado ou portador de título de especialista <mark>;</mark>
II - Professor Assistente;	II - Classe B, com a denominação de Professor Assistente;	II - Classe B, com a denominação de Professor Assistente;	II - Classe B, com a denominação de Professor Assistente;
III - Professor Adjunto;	III - Classe C, com a denominação de Professor Adjunto;	III - Classe C, com a denominação de Professor Adjunto;	III - Classe C, com a denominação de Professor Adjunto;
IV - Professor Associado; e	IV - Classe D, com a denominação de Professor Associado; e	IV - Classe D, com a denominação de Professor Associado; e	IV - Classe D, com a denominação de Professor Associado; e
V - Professor Titular.	V - Classe E, com a denominação de Professor Titular.	V - Classe E, com a denominação de Professor Titular.	V - Classe E, com a denominação de Professor Titular.
§ 2º A Carreira de Magistério do Ensino	§ 3º A Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico é	§ 3º A Carreira de Magistério do Ensino	§ 3º A Carreira de Magistério do Ensino

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
Básico, Técnico e Tecnológico é	composta das seguintes classes,	Básico, Técnico e Tecnológico é	Básico, Técnico e Tecnológico é
composta das seguintes classes,	observado o Anexo I:	composta das seguintes classes,	composta das seguintes classes,
observado o Anexo I:		observado o Anexo I:	observado o Anexo I:
I - D I;	I - D I;	I - D I;	I - D I;
II - D II;	II - D II;	II - D II;	II - D II;
III - D III;	III - D III;	III - D III;	III - D III;
IV- D IV; e	IV - D IV; e	IV- D IV; e	IV - D IV; e
V - Titular.	V - Titular.	V - Titular.	V - Titular.
§ 3º Os Cargos Isolados do Plano de	§ 4º Os Cargos Isolados do Plano de	§ 4° Os Cargos Isolados do Plano de	§ 4º Os Cargos Isolados do Plano de
Carreiras e Cargos de Magistério Federal	Carreiras e Cargos de Magistério	Carreiras e Cargos de Magistério	Carreiras e Cargos de Magistério
são estruturados em uma única classe e	Federal são estruturados em uma única	Federal são estruturados em uma única	Federal são estruturados em uma única
nível de vencimento.	classe e nível de vencimento.	classe e nível de vencimento.	classe e nível de vencimento.
§ 4º O regime jurídico dos cargos do	§ 5º O regime jurídico dos cargos do	§ 5° O regime jurídico dos cargos do	§ 5° O regime jurídico dos cargos do
Plano de Carreiras e Cargos de	Plano de Carreiras e Cargos de	Plano de Carreiras e Cargos de	Plano de Carreiras e Cargos de
Magistério Federal é o instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de	Magistério Federal é o instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de	Magistério Federal é o instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de	Magistério Federal é o instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de
1990, observadas as disposições desta	1990, observadas as disposições desta	1990, observadas as disposições desta	1990, observadas as disposições desta
Lei.	Lei.	Lei.	Lei.
§ 5º Os cargos efetivos das Carreiras e	§ 6º Os cargos efetivos das Carreiras e	§ 6° Os cargos efetivos das Carreiras e	§ 6° Os cargos efetivos das Carreiras e
Cargos Isolados de que trata	Cargos Isolados de que trata	Cargos Isolados de que trata o caput	Cargos Isolados de que trata o caput
o caput integram os Quadros de Pessoal	o caput integram os Quadros de Pessoal	integram os Quadros de Pessoal das	integram os Quadros de Pessoal das
das Instituições Federais de Ensino	das Instituições Federais de Ensino	Instituições Federais de Ensino	Instituições Federais de Ensino
subordinadas ou vinculadas ao	subordinadas ou vinculadas ao	subordinadas ou vinculadas ao	subordinadas ou vinculadas ao
Ministério da Educação e ao Ministério	Ministério da Educação e ao Ministério	Ministério da Educação e ao Ministério	Ministério da Educação e ao Ministério
da Defesa que tenham por atividade-fim	da Defesa que tenham por atividade-fim	da Defesa que tenham por atividade-fim	da Defesa que tenham por atividade-fim
o desenvolvimento e aperfeiçoamento do	o desenvolvimento e aperfeiçoamento do	o desenvolvimento e aperfeiçoamento do	o desenvolvimento e aperfeiçoamento do
ensino, pesquisa e extensão, ressalvados	ensino, pesquisa e extensão, ressalvados	ensino, pesquisa e extensão, ressalvados	ensino, pesquisa e extensão, ressalvados
os cargos de que trata o § 11 do art. 108-	os cargos de que trata o § 11 do art. 108-	os cargos de que trata o § 11 do art. 108-	os cargos de que trata o § 11 do art. 108-
A da Lei nº 11.784, de 2008, que	A da Lei nº 11.784, de 2008, que	<u>A da Lei nº 11.784, de 2008, que</u>	A da Lei nº 11.784, <mark>de 22 de setembro</mark>

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
integram o Quadro de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.	integram o Quadro de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão." (NR)	integram o Quadro de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão." (NR)	de 2008, que integram o Quadro de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão."(NR)
Art. 4º A partir de 1º de março de 2013, a Carreira de Magistério Superior do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos - PUCRCE, de que trata a Lei nº 7.596, de 1987, passa a pertencer ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal de que trata esta Lei, observada a Tabela de Correlação constante do Anexo II.	"Art. 4º	Art. 4°	"Art. 4°
	Parágrafo único. Os cargos vagos da carreira de que trata o caput passam a integrar o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal e o ingresso nos cargos deverá ocorrer na forma e condições disposta nesta Lei." (NR)	Parágrafo único. Os cargos vagos da carreira de que trata o caput passam a integrar o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal e o ingresso nos cargos deverá ocorrer na forma e condições disposta nesta Lei." (NR)	Parágrafo único. Os cargos vagos da Carreira de que trata o caput passam a integrar o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, e o ingresso nos cargos deverá ocorrer na forma e condições dispostas nesta Lei."(NR)
Art. 8º O ingresso na Carreira de Magistério Superior ocorrerá sempre no primeiro nível da Classe de Professor Auxiliar, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.	"Art. 8º O ingresso na Carreira de Magistério Superior ocorrerá sempre no primeiro nível de vencimento da Classe A, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.	"Art. 8º O ingresso na Carreira de Magistério Superior ocorrerá sempre no primeiro nível de vencimento da Classe A, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.	"Art. 8º O ingresso na Carreira de Magistério Superior ocorrerá sempre no primeiro nível de vencimento da Classe A, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.
§ 1º No concurso público de que trata o caput, será exigido o diploma de curso superior em nível de graduação.	§ 1º O concurso público de que trata o caput tem como requisito de ingresso o título de doutor na área exigida no concurso.	§ 1º O concurso público de que trata o caput tem como requisito de ingresso o título de doutor na área exigida no concurso.	§ 1º O concurso público de que trata o caput tem como requisito de ingresso o título de doutor na área exigida no concurso.
§ 2º O concurso público referido no caput poderá ser organizado em			

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
etapas, conforme dispuser o edital de abertura do certame, que estabelecerá as características de cada etapa e os critérios eliminatórios e classificatórios.			
	§ 3º A IFE poderá dispensar, no edital do concurso, a exigência de título de doutor, substituindo-a pelo título de mestre, de especialista ou por diploma de graduação, quando se tratar de provimento para área de conhecimento ou em localidade com grave carência de detentores da titulação acadêmica de doutor, conforme decisão fundamentada de seu Conselho Superior." (NR)	§ 3º A IFE poderá dispensar, no edital do concurso, a exigência de título de doutor, substituindo-a pelo título de mestre, de especialista ou por diploma de graduação, quando se tratar de provimento para área de conhecimento ou em localidade com grave carência de detentores da titulação acadêmica de doutor, conforme decisão fundamentada de seu Conselho Superior.	§ 3º A IFE poderá dispensar, no edital do concurso, a exigência de título de doutor, substituindo-a pela de título de mestre, de especialista ou por diploma de graduação, quando se tratar de provimento para área de conhecimento ou em localidade com grave carência de detentores da titulação acadêmica de doutor, conforme decisão fundamentada de seu Conselho Superior.
		§ 4º Quando o candidato habilitado no concurso já for docente de outra IFE, o respectivo ingresso dar-se-á como previsto no caput, podendo ser posicionado, a critério da IFE, na classe e nível a que pertencia na instituição anterior." (NR)	§ 4º Quando o candidato habilitado no concurso já for docente de outra IFE, o respectivo ingresso dar-se-á como previsto no caput, podendo ser posicionado, a critério da IFE, na classe e nível a que pertencia na instituição anterior."(NR)
Art. 9º O ingresso no Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior ocorrerá na classe e nível únicos, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, no qual serão exigidos:	"Art. 9º	"Art. 9°	"Art. 9°
I - título de doutor; e II - <mark>20 (vinte)</mark> anos de experiência ou de	II - <mark>dez</mark> anos de experiência ou de	II - dez anos de experiência ou de	II – <mark>10 (</mark> dez) anos de experiência ou de

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
obtenção do título de doutor, ambos na área de conhecimento exigida no concurso.	obtenção do título de doutor, ambos na área de conhecimento exigida no concurso, conforme disciplinado pelo Conselho Superior de cada IFE;	obtenção do título de doutor, ambos na área de conhecimento exigida no concurso, conforme disciplinado pelo Conselho Superior de cada IFE;	obtenção do título de doutor, ambos na área de conhecimento exigida no concurso, conforme disciplinado pelo Conselho Superior de cada IFE.
§ 2º O edital do concurso público de que trata este artigo estabelecerá as características de cada etapa e os critérios eliminatórios e classificatórios do certame.			
	§ 3º O concurso para o cargo isolado de Titular-Livre será realizado por comissão especial composta, no mínimo, por setenta e cinco por cento de profissionais externos à IFE, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação." (NR)	§ 3º O concurso para o cargo isolado de Titular-Livre será realizado por comissão especial composta, no mínimo, por setenta e cinco por cento de profissionais externos à IFE, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação." (NR)	§ 3º O concurso para o cargo isolado de Titular-Livre será realizado por comissão especial composta, no mínimo, por 75% (setenta e cinco por cento) de profissionais externos à IFE, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação."(NR)
Art. 10. O ingresso nos cargos de provimento efetivo de Professor da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e da Carreira do Magistério do Ensino Básico Federal ocorrerá sempre no Nível 1 da Classe D I, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.		"Art. 10	"Art. 10
§ 3º O edital do concurso público de que trata este artigo estabelecerá as			

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
características de cada etapa do concurso público e os critérios eliminatórios e classificatórios do certame.			
		§ 4º Quando o candidato habilitado no concurso já for docente de outra IFE, o respectivo ingresso dar-se-á como previsto no caput, podendo ser posicionado, a critério da IFE, na classe e nível a que pertencia na instituição anterior." (NR)	§ 4º Quando o candidato habilitado no concurso já for docente de outra IFE, o respectivo ingresso dar-se-á como previsto no caput, podendo ser posicionado, a critério da IFE, na classe e nível a que pertencia na instituição anterior."(NR)
Art. 11. O ingresso no Cargo Isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorrerá na classe e nível únicos, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, no qual serão exigidos:	"Art. 11	Art. 11	"Art. 11
I - título de doutor; e			
II - 20 (vinte) anos de experiência ou de obtenção do título de doutor, ambos na área de conhecimento exigida no concurso.	II - dez anos de experiência ou de obtenção do título de doutor, ambos na área de conhecimento exigida no concurso, conforme disciplinado pelo Conselho Superior de cada IFE;	II - dez anos de experiência ou de obtenção do título de doutor, ambos na área de conhecimento exigida no concurso, conforme disciplinado pelo Conselho Superior de cada IFE;	II – 10 (dez) anos de experiência ou de obtenção do título de doutor, ambos na área de conhecimento exigida no concurso, conforme disciplinado pelo Conselho Superior de cada IFE.
§ 2º O edital do concurso público de que trata este artigo estabelecerá as características de cada etapa e os critérios eliminatórios e classificatórios do certame.			
	§ 3° O concurso para o cargo isolado de	§ 3° O concurso para o cargo isolado de	§ 3º O concurso para o cargo isolado de

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	Titular-Livre será realizado por comissão especial composta, no mínimo, por setenta e cinco por cento de profissionais externos à IFE, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação." (NR)	Titular-Livre será realizado por comissão especial composta, no mínimo, por setenta e cinco por cento de profissionais externos à IFE, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação." (NR)	Titular-Livre será realizado por comissão especial composta, no mínimo, por 75% (setenta e cinco por cento) de profissionais externos à IFE, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação."(NR)
Art. 12. O desenvolvimento na Carreira de Magistério Superior ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.	"Art. 12	"Art. 12	"Art. 12
§ 3º A promoção ocorrerá observados o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada Classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção e, ainda, as seguintes condições:	§ 3º	§ 3°	§ 3°
I - para a Classe de Professor Assistente: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;	I - para a Classe <mark>B, com denominação</mark> de Professor Assistente: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;	I - para a Classe B, com denominação de Professor Assistente: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;	I - para a Classe B, com denominação de Professor Assistente <mark>,</mark> ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;
II - para a Classe de Professor Adjunto: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;	II - para a Classe C, com denominação de Professor Adjunto: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;	 II - para a Classe C, com denominação de Professor Adjunto: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; 	II - para a Classe C, com denominação de Professor Adjunto, ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;
III - para a Classe de Professor Associado:	III - para a Classe <mark>D, com denominação</mark> de Professor Associado:	III - para a Classe D, com denominação de Professor Associado:	III - para a Classe D, com denominação de Professor Associado:
IV - para a Classe de Professor Titular:	IV - para a Classe <mark>E, com denominação</mark> de Professor Titular:	IV - para a Classe E, com denominação de Professor Titular:	IV - para a Classe E, com denominação de Professor Titular:

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
§ 5º O processo de avaliação para acesso à Classe de Professor Titular será realizado por comissão especial composta por, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de profissionais externos à IFE e será objeto de regulamentação em ato do Ministro de Estado da Educação.	§ 5º O processo de avaliação para acesso à Classe E, com denominação de Titular, será realizado por comissão especial composta por, no mínimo, setenta e cinco por cento de profissionais externos à IFE, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação.	§ 5º O processo de avaliação para acesso à Classe E, com denominação de Titular, será realizado por comissão especial composta por, no mínimo, setenta e cinco por cento de profissionais externos à IFE, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação.	§ 5º O processo de avaliação para acesso à Classe E, com denominação de Titular, será realizado por comissão especial composta por, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de profissionais externos à IFE, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação.
	" (NR)	" (NR)	" (NR)
Art. 13. Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem os seguintes requisitos de titulação concorrerão a processo de aceleração da promoção: I - de qualquer nível da Classe de Professor Auxiliar para o nível 1 da Classe de Professor Assistente, pela apresentação de titulação de Mestre; e	 "Art. 13. Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem os seguintes requisitos de titulação farão jus a processo de aceleração da promoção: I - para o nível inicial da Classe B, com denominação de Professor Assistente, pela apresentação de titulação de Mestre; e 	"Art. 13. Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem os seguintes requisitos de titulação farão jus a processo de aceleração da promoção: I - para o nível inicial da Classe B, com denominação de Professor Assistente, pela apresentação de titulação de Mestre; e	 "Art. 13. Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem os seguintes requisitos de titulação farão jus a processo de aceleração da promoção: I - para o nível inicial da Classe B, com denominação de Professor Assistente, pela apresentação de titulação de mestre; e
II - de qualquer nível das Classes de Professor Auxiliar e de Professor Assistente para o nível 1 da Classe de Professor Adjunto, pela apresentação de titulação de doutor.	II - para o nível <mark>inicial</mark> da Classe <mark>C, com denominação</mark> de Professor Adjunto, pela apresentação de titulação de <mark>D</mark> outor.	II - para o nível inicial da Classe C, com denominação de Professor Adjunto, pela apresentação de titulação de Doutor.	II - para o nível inicial da Classe C, com denominação de Professor Adjunto, pela apresentação de titulação de <mark>d</mark> outor.
	" (NR)	" (NR)	" (NR)
Art. 15. Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem os seguintes requisitos de titulação concorrerão a processo de	" Art. 15. Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem os seguintes requisitos de titulação farão jus a processo de	" Art. 15. Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem os seguintes requisitos de titulação farão jus a processo de	" Art. 15. Os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo que atenderem os seguintes requisitos de titulação farão jus a processo de

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
aceleração da promoção:	aceleração da promoção:	aceleração da promoção:	aceleração da promoção:
	" (NR)	" (NR)	" (NR)
Art. 20. O Professor das IFE, ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:		"Art. 20	"Art. 20
§ 3º Os docentes em regime de 20 (vinte) horas poderão ser temporariamente vinculados ao regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva após a verificação de inexistência de acúmulo de cargos e da existência de recursos orçamentários e financeiros para as despesas decorrentes da alteração do regime, considerando-se o caráter especial da atribuição do regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva, conforme disposto no § 1º, nas seguintes hipóteses:			
II - participação em outras ações de interesse institucional definidas pelo conselho superior da IFE.			
		§ 4º O professor, inclusive em regime de dedicação exclusiva, desde que não investido em cargo em comissão ou função de confiança, poderá:	§ 4º O professor, inclusive em regime de dedicação exclusiva, desde que não investido em cargo em comissão ou função de confiança, poderá:

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		I - participar dos órgãos de direção de fundação de apoio de que trata a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, nos termos definidos pelo Conselho Superior da IFE, observado o cumprimento de sua jornada de trabalho e vedada a percepção de remuneração paga pela fundação de apoio; e	I - participar dos órgãos de direção de fundação de apoio de que trata a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, nos termos definidos pelo Conselho Superior da IFE, observado o cumprimento de sua jornada de trabalho e vedada a percepção de remuneração paga pela fundação de apoio; e
		II - ser cedido a título especial, mediante deliberação do Conselho Superior da IFE, para ocupar cargo de dirigente máximo de fundação de apoio de que trata a Lei nº 8.958, de 1994, com ônus para o cessionário." (NR)	II - ser cedido a título especial, mediante deliberação do Conselho Superior da IFE, para ocupar cargo de dirigente máximo de fundação de apoio de que trata a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, com ônus para o cessionário."(NR)
Art. 21. No regime de dedicação exclusiva, será admitida, observadas as condições da regulamentação própria de cada IFE, a percepção de:	"Art. 21	"Art. 21	"Art. 21
III - bolsas de ensino, pesquisa <mark>ou</mark> extensão pagas por agências oficiais de fomento;	III - bolsas de ensino, pesquisa, extensão ou de estímulo à inovação pagas por agências oficiais de fomento ou organismos internacionais amparadas por ato, tratado ou convenção internacional;	III - bolsas de ensino, pesquisa, extensão ou de estímulo à inovação pagas por agências oficiais de fomento ou organismos internacionais amparadas por ato, tratado ou convenção internacional;	III - bolsas de ensino, pesquisa, extensão ou de estímulo à inovação pagas por agências oficiais de fomento ou organismos internacionais amparadas por ato, tratado ou convenção internacional;
VIII - retribuição pecuniária, na forma de pro labore ou cachê pago diretamente	VIII - retribuição pecuniária, na forma de pro labore ou cachê pago	VIII - retribuição pecuniária, na forma de pro labore ou cachê pago diretamente	VIII - retribuição pecuniária, na forma de pro labore ou cachê pago diretamente

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
ao docente por ente distinto da IFE, pela participação esporádica em palestras, conferências, atividades artísticas e culturais relacionadas à área de atuação do docente;	diretamente ao docente por ente distinto da IFE, pela participação esporádica em palestras, conferências, atividades artísticas e culturais relacionadas à área de atuação do docente, que, no total, não exceda a trinta horas anuais;	ao docente por ente distinto da IFE, pela participação esporádica em assuntos de especialidade do docente, palestras, conferências, atividades artísticas e culturais devidamente autorizadas pela instituição de acordo com suas regras;	ao docente por ente distinto da IFE, pela participação esporádica em assuntos de especialidade do docente, palestras, conferências, atividades artísticas e culturais devidamente autorizadas pela instituição de acordo com suas regras;
X - Função Comissionada de Coordenação de Curso - FCC, de que trata o art. 7º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e	X - Função Comissionada de Coordenação de Curso - FCC, de que trata o art. 7º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012;	X - Função Comissionada de Coordenação de Curso - FCC, de que trata o art. 7º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012;	X - Função Comissionada de Coordenação de Curso - FCC, de que trata o art. art. 7º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012;
XI - retribuição pecuniária, em caráter eventual, por trabalho prestado no âmbito de projetos institucionais de pesquisa e extensão, na forma da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.	XI - retribuição pecuniária, em caráter eventual, por trabalho prestado no âmbito de projetos institucionais de pesquisa e extensão, na forma da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; e	XI - retribuição pecuniária, em caráter eventual, por trabalho prestado no âmbito de projetos institucionais de ensino, pesquisa e extensão, na forma da Lei nº 8.958, de 1994; e	XI - retribuição pecuniária, em caráter eventual, por trabalho prestado no âmbito de projetos institucionais de ensino, pesquisa e extensão, na forma da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; e
	XII - retribuição pecuniária por colaboração esporádica de natureza científica ou tecnológica em assuntos de especialidade do docente, inclusive em polos de inovação tecnológica, que, no total, não exceda a cento e vinte horas anuais.	XII - retribuição pecuniária por colaboração esporádica de natureza científica ou tecnológica em assuntos de especialidade do docente, inclusive em polos de inovação tecnológica, devidamente autorizadas pela IFE de acordo com suas regras.	XII - retribuição pecuniária por colaboração esporádica de natureza científica ou tecnológica em assuntos de especialidade do docente, inclusive em polos de inovação tecnológica, devidamente autorizada pela IFE de acordo com suas regras.
§ 1º Considera-se esporádica a participação remunerada nas atividades descritas no inciso VIII do caput, autorizada pela IFE, que, no total, não exceda 30 (trinta) horas anuais.	§ 1º A participação nas atividades descritas no <mark>s</mark> incisos III, VIII <mark>e XII</mark> do caput , deverão ser autorizadas pela IFE, de acordo com o interesse institucional e as diretrizes aprovadas	§ 1º A participação nas atividades descritas nos incisos III, VIII e XII do caput, deverão ser autorizadas pela IFE, de acordo com o interesse institucional e as diretrizes aprovadas por seu Conselho	§ 1º A participação nas atividades descritas nos incisos III, VIII e XII do caput deverá ser autorizada pela IFE, de acordo com o interesse institucional e as diretrizes aprovadas por seu Conselho

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	por seu Conselho Superior.	Superior.	Superior.
§ 3º O pagamento da retribuição pecuniária de que trata o inciso XI do caput será divulgado na forma do art. 4º-A da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.	" (NR)		
		§ 4º As atividades de que tratam os incisos XI e XII do caput não excederão, computadas isoladamente ou em conjunto, a cento e vinte horas anuais, ressalvada a situação de excepcionalidade a ser justificada, previamente aprovada pelo Conselho Superior da IFE, que poderá autorizar o acréscimo de até cento e vinte horas exclusivamente para atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação." (NR)	§ 4º As atividades de que tratam os incisos XI e XII do caput não excederão, computadas isoladamente ou em conjunto, a 120 h (cento e vinte horas) anuais, ressalvada a situação de excepcionalidade a ser justificada e previamente aprovada pelo Conselho Superior da IFE, que poderá autorizar o acréscimo de até 120 h (cento e vinte horas) exclusivamente para atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação."(NR)
Art. 26. Será instituída uma Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD, em cada IFE vinculada ao Ministério da Educação que possua em seus quadros pessoal integrante do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. § 1º À CPPD caberá prestar assessoramento ao colegiado competente ou dirigente máximo na instituição de ensino, para formulação e acompanhamento da execução da		"Art. 26. Será instituída uma Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD, eleita pelos seus pares, em cada IFE que possua em seus quadros pessoal integrante do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal §1º	"Art. 26. Será instituída uma Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD, eleita pelos seus pares, em cada IFE, que possua, em seus quadros, pessoal integrante do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
política de pessoal docente, no que diz respeito a: I - dimensionamento da alocação de vagas docentes nas unidades acadêmicas; II - contratação e admissão de professores efetivos e substitutos; III - alteração do regime de trabalho docente; IV - avaliação do desempenho para fins de progressão e promoção funcional; V - solicitação de afastamento de docentes para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado; e VI - liberação de professores para programas de cooperação com outras instituições, universitárias ou não.			
§ 2º Demais atribuições e forma de funcionamento da CPPD serão objeto de regulamentação pelo colegiado superior ou dirigente máximo das instituições de ensino, conforme o caso. § 3º No caso das IFE subordinadas ao Ministério da Defesa, a instituição da CPPD é opcional e ficará a critério do dirigente máximo de cada IFE.		§2º" (NR)	
Art. 30. O ocupante de cargos do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério	"Art. 30	"Art. 30	"Art. 30

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
Federal, sem prejuízo dos afastamentos previstos na Lei nº 8.112, de 1990, poderá afastar-se de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus, para:			
I - participar de programa de pós- graduação stricto sensu, independentemente do tempo ocupado no cargo ou na instituição;	I - participar de programa de pós- graduação stricto sensu <mark>ou de pós- doutorado</mark> , independentemente do tempo ocupado no cargo ou na instituição;	I - participar de programa de pós- graduação stricto sensu ou de pós- doutorado, independentemente do tempo ocupado no cargo ou na instituição;	I - participar de programa de pós- graduação stricto sensu ou de pós- doutorado, independentemente do tempo ocupado no cargo ou na instituição;
	" (NR)	" (NR)	" (NR)
Art. 34. Aos servidores ocupantes de cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, na data de 1º de março de 2013, será aplicado, para a primeira progressão a ser realizada, observando os critérios de desenvolvimento na Carreira estabelecidos nesta Lei, o interstício de 18 (dezoito) meses.		"Art. 34	"Art. 34
Parágrafo único. O interstício de que trata o caput não será, em nenhuma hipótese, utilizado para outras progressões ou para servidores ingressos na Carreira após a data de 1º de março de 2013.		§ 1°	§ 1°
		§ 2º Respeitado o interstício estabelecido no caput e não havendo todos os pré-	

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		requisitos para a progressão, fica a cargo da IFE estabelecer mecanismos de promoção ao <mark>magistrado</mark> "(NR)	requisitos para a progressão, fica a cargo da IFE estabelecer mecanismos de promoção ao <mark>docente</mark> ."(NR)
Art. 35. Anteriormente à aplicação da Tabela de Correlação do Anexo II, o titular de cargo de provimento efetivo da Carreira do Magistério Superior do PUCRCE, em 31 de dezembro de 2012, posicionado na Classe de Professor Associado daquela Carreira, será reposicionado, satisfeitos os requisitos, da seguinte forma:	"Art. 35	"Art. 35	"Art. 35
I - ao Professor de que trata o caput que contar com no mínimo 17 (dezessete) anos de obtenção do título de doutor será concedido reposicionamento para a Classe Associado, nível 2;	I - ao Professor de que trata o caput que contar com no mínimo dezessete anos de obtenção do título de doutor será concedido reposicionamento para a Classe D, com denominação de Professor Associado, nível 2;	I - ao Professor de que trata o caput que contar com no mínimo dezessete anos de obtenção do título de doutor será concedido reposicionamento para a Classe D, com denominação de Professor Associado, nível 2;	I - ao Professor de que trata o caput que contar com no mínimo 17 (dezessete) anos de obtenção do título de doutor será concedido reposicionamento para a Classe D, com denominação de Professor Associado, nível 2;
II - ao Professor de que trata o caput que contar com no mínimo 19 (dezenove) anos de obtenção do título de doutor será concedido reposicionamento para a Classe Associado, nível 3; e	II - ao Professor de que trata o caput que contar com no mínimo dezenove anos de obtenção do título de doutor será concedido reposicionamento para a Classe D, com denominação de Professor Associado, nível 3; e	II - ao Professor de que trata o caput que contar com no mínimo dezenove anos de obtenção do título de doutor será concedido reposicionamento para a Classe D, com denominação de Professor Associado, nível 3; e	II - ao Professor de que trata o caput que contar com no mínimo 19 (dezenove) anos de obtenção do título de doutor será concedido reposicionamento para a Classe D, com denominação de Professor Associado, nível 3; e
III - ao Professor de que trata o caput que contar com no mínimo 21 (vinte e um) anos de obtenção do título de doutor será concedido reposicionamento para a Classe Associado, nível 4.	III - ao Professor de que trata o caput que contar com no mínimo vinte e um anos de obtenção do título de doutor será concedido reposicionamento para a Classe D, com denominação de Professor Associado, nível 4.	III - ao Professor de que trata o caput que contar com no mínimo vinte e um anos de obtenção do título de doutor será concedido reposicionamento para a Classe D, com denominação de Professor Associado, nível 4.	III - ao Professor de que trata o caput que contar com no mínimo 21 (vinte e um) anos de obtenção do título de doutor será concedido reposicionamento para a Classe D, com denominação de Professor Associado, nível 4.

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	" (NR)	" (NR)	" (NR)
	Art. 2º Os docentes concursados para cargo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal de que trata a Lei nº 12.772, de 2012, que tenham sido ou venham a ser nomeados, serão enquadrados de acordo com o disposto nesta Medida Provisória.	Art. 2º Os docentes concursados para cargo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal de que trata a Lei nº 12.772, de 2012, que tenham sido ou venham a ser nomeados, serão enquadrados de acordo com o disposto nesta Lei.	Art. 2º Os docentes concursados para cargo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, de que trata a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que tenham sido ou venham a ser nomeados serão enquadrados de acordo com o disposto nesta Lei.
	Art. 3º Os Anexos I, II, III e IV à Lei nº 12.772, de 2012, passam a vigorar com as alterações constantes dos Anexos I, II, III e IV a esta Medida Provisória.	Art. 3° Os Anexos I, II, III e IV à Lei n° 12.772, de 2012, passam a vigorar com as alterações constantes dos Anexos I, II, III e IV a esta Lei.	Art. 3º Os Anexos I, II, III e IV da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, passam a vigorar com as alterações constantes dos Anexos I, II, III e IV desta Lei.
Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007	Art. 4º A Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 4º A Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 4º A Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 2º O servidor ocupante de cargo efetivo, o militar ou o empregado permanente de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal investido nos cargos a que se refere o art. 1º desta Lei poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas:	"Art. 2º	"Art. 2°	"Art. 2°
§ 1º O docente da carreira de	§ 1º O docente do Plano de Carreiras e	§ 1° O docente do Plano de Carreiras e	§ 1° O docente do Plano de Carreiras e
Magistério, integrante do Plano Único	Cargos de Magistério Federal, a que se	Cargos de Magistério Federal, a que se	Cargos de Magistério Federal, a que se
de Classificação e Retribuição de Cargos	refere a Lei nº 12.772, de 28 de	refere a <u>Lei nº 12.772, de 28 de</u>	refere a Lei nº 12.772, de 28 de
e Empregos, a que se refere a Lei	dezembro 2012, submetido ao Regime	dezembro 2012, submetido ao Regime	dezembro <mark>de</mark> 2012, submetido ao

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
nº 7.596, de 10 de abril de 1987, submetido ao Regime de Dedicação Exclusiva, poderá ocupar Cargo de Direção - CD ou Função Gratificada - FG, nas Instituições Federais de Ensino, sendo-lhe facultado optar, quando ocupante de CD, nos termos do inciso III do caput deste artigo.	de Dedicação Exclusiva, poderá ocupar Cargo de Direção - CD ou Função Gratificada - FG, nas Instituições Federais de Ensino, sendo-lhe facultado optar, quando ocupante de CD, nos termos do inciso III do caput .	de Dedicação Exclusiva, poderá ocupar Cargo de Direção - CD ou Função Gratificada - FG, nas Instituições Federais de Ensino, sendo-lhe facultado optar, quando ocupante de CD, nos termos do inciso III do caput.	Regime de Dedicação Exclusiva poderá ocupar Cargo de Direção - CD ou Função Gratificada - FG, nas Instituições Federais de Ensino, sendolhe facultado optar, quando ocupante de CD, nos termos do inciso III do caput.
§ 3º O acréscimo previsto no § 2º deste artigo poderá ser percebido, no caso de docente cedido para o Ministério da Educação para o exercício de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, de nível DAS 3.			
	§ 4º O docente a que se refere o § 1º cedido para Estados, Distrito Federal e Municípios para a ocupação de cargos em comissão especificados em regulamento do Poder Executivo federal, poderá optar pela remuneração do cargo efetivo, caso em que perceberá o vencimento acrescido da vantagem relativa ao regime de dedicação exclusiva, cabendo o ônus da remuneração ao órgão ou entidade cessionária." (NR)	§ 4º O docente a que se refere o § 1º cedido para Estados, Distrito Federal e Municípios para a ocupação de cargos em comissão especificados em regulamento do Poder Executivo federal, poderá optar pela remuneração do cargo efetivo, caso em que perceberá o vencimento acrescido da vantagem relativa ao regime de dedicação exclusiva, cabendo o ônus da remuneração ao órgão ou entidade cessionária.	§ 4º O docente a que se refere o § 1º cedido para Estados, Distrito Federal e Municípios para a ocupação de cargos em comissão especificados em regulamento do Poder Executivo federal poderá optar pela remuneração do cargo efetivo, caso em que perceberá o vencimento acrescido da vantagem relativa ao regime de dedicação exclusiva, cabendo o ônus da remuneração ao órgão ou entidade cessionária.
		§ 5° O docente a que se refere o § 1° manterá a remuneração do cargo efetivo,	§ 5° O docente a que se refere o § 1° manterá a remuneração do cargo efetivo,

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		caso em que perceberá o vencimento acrescido da vantagem relativa ao regime de dedicação exclusiva, quando em cessão especial de que trata o art. 14 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, para organizações sociais qualificadas pelo Poder Executivo federal." (NR)"	caso em que perceberá o vencimento acrescido da vantagem relativa ao regime de dedicação exclusiva, quando em cessão especial de que trata o art. 14 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, para organizações sociais qualificadas pelo Poder Executivo federal."(NR)
	Art. 5º As alterações nos requisitos de acesso a cargos públicos realizadas por esta Medida Provisória não produzem efeitos para os concursos cujo edital tenha sido publicado até 15 de maio de 2013,ressalvada deliberação em contrário do Conselho Superior da IFE.	Art. 5º As alterações nos requisitos de acesso a cargos públicos realizadas por esta Lei não produzem efeitos para os concursos cujo edital tenha sido publicado até 15 de maio de 2013, ressalvada deliberação em contrário do Conselho Superior da IFE.	Art. 5º As alterações nos requisitos de acesso a cargos públicos realizadas por esta Lei não produzem efeitos para os concursos cujo edital tenha sido publicado até 15 de maio de 2013, ressalvada deliberação em contrário do Conselho Superior da IFE.
Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994		Art. 6º A Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 6º A Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 1º As Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e as demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, sobre as quais dispõe a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de dar apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, inclusive na		"Art. 1º As Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e as demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICT, de que trata a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação,	"Art. 1º As Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e as demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, de que trata a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação,

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
gestão administrativa e financeira		inclusive na gestão administrativa e	inclusive na gestão administrativa e
estritamente necessária à execução		financeira necessária à execução desses	financeira necessária à execução desses
desses projetos.		projetos.	projetos.
		" (NR)	" (NR)
Art. 1º-A. A Financiadora de Estudos e		" Art. 1º-A. A Financiadora de Estudos	" Art. 1 °- A A Financiadora de Estudos e
Projetos - FINEP, como secretaria		e Projetos - FINEP, como secretaria-	Projetos - FINEP, como secretaria
executiva do Fundo Nacional de		executiva do Fundo Nacional de	executiva do Fundo Nacional de
Desenvolvimento Científico e		Desenvolvimento Científico e	Desenvolvimento Científico e
Tecnológico - FNDCT, o Conselho		Tecnológico - FNDCT, o Conselho	Tecnológico - FNDCT, o Conselho
Nacional de Desenvolvimento Científico		Nacional de Desenvolvimento Científico	Nacional de Desenvolvimento Científico
e Tecnológico - CNPq e as Agências		e Tecnológico - CNPq, as agências	e Tecnológico - CNPq, as agências
Financeiras Oficiais de Fomento poderão realizar convênios e contratos,		financeiras <mark>o</mark> ficiais de fomento e empresas públicas ou sociedades de	financeiras oficiais de fomento e empresas públicas ou sociedades de
nos termos do inciso XIII do art. 24 da		economia mista, suas subsidiárias ou	economia mista, suas subsidiárias ou
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,		controladas, poderão celebrar convênios	controladas, poderão celebrar convênios
por prazo determinado, com as		e contratos, nos termos do inciso XIII do	e contratos, nos termos do inciso XIII do
fundações de apoio, com finalidade de		caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de	caput do art. 24 da Lei nº 8.666, <mark>de 21 de</mark>
dar apoio às IFES e às <mark>ICTs</mark> , inclusive na		1993, por prazo determinado, com as	junho de 1993, por prazo determinado,
gestão administrativa e financeira dos		fundações de apoio, com finalidade de	com as fundações de apoio, com
projetos mencionados no caput do art.		dar apoio às IFES e às <mark>demais ICT</mark> ,	finalidade de dar apoio às IFES e às
1º, com a anuência expressa das		inclusive na gestão administrativa e	demais ICT <mark>s</mark> , inclusive na gestão
instituições apoiadas.		financeira dos projetos mencionados no	administrativa e financeira dos projetos
		caput do art. 1°, com a anuência expressa	mencionados no caput do art. 1º, com a
		das instituições apoiadas." (NR)	anuência expressa das instituições
			apoiadas."(NR)
		"Art. 1º-B. As organizações sociais e	"Art. 1°-B As organizações sociais e
		entidades privadas poderão realizar	entidades privadas poderão realizar
		convênios e contratos, por prazo	convênios e contratos, por prazo
		determinado, com as fundações de	determinado, com as fundações de
		apoio, com a finalidade de dar apoio às	apoio, com a finalidade de dar apoio às

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		IFES e às demais ICT, inclusive na gestão administrativa e financeira dos projetos mencionados no caput do art. 1°, com a anuência expressa das instituições apoiadas.	IFES e às demais ICTs, inclusive na gestão administrativa e financeira dos projetos mencionados no caput do art. 1º, com a anuência expressa das instituições apoiadas.
		Parágrafo único A celebração de convênios entre a IFES ou demais ICT apoiada, fundação de apoio, entidades privadas, empresas públicas ou sociedades de economia mista, suas subsidiárias ou controladas, e organizações sociais, para finalidades de pesquisa, desenvolvimento, estímulo e fomento à inovação, será realizada mediante critérios de habilitação das empresas, regulamentados em ato do Poder Executivo federal, não se aplicando nesses casos a legislação federal que institui normas para licitações e contratos da administração pública para a identificação e escolha das empresas convenentes." (NR)	Parágrafo único. A celebração de convênios entre a IFES ou demais ICTs apoiadas, fundação de apoio, entidades privadas, empresas públicas ou sociedades de economia mista, suas subsidiárias ou controladas, e organizações sociais, para finalidades de pesquisa, desenvolvimento, estímulo e
		"Art. 1º - C. Os convênios de que tratam esta Lei serão regulamentados por ato do Poder Executivo federal"	"Art. 1°-C Os convênios de que trata esta Lei serão regulamentados por ato do Poder Executivo federal."
Art. 2º As fundações a que se refere o art. 1º deverão estar constituídas na forma de fundações de direito privado, sem fins lucrativos, regidas pela <u>Lei</u> nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 -		"Art. 2°	"Art. 2°

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
Código Civil, e por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, e sujeitas, em especial:			
III - ao prévio registro e credenciamento no Ministério da Educação e do Desporto e no Ministério da Ciência e Tecnologia, renovável bienalmente.			
		Parágrafo único. Em caso de renovação do credenciamento, prevista no inciso III do caput, o Conselho Superior ou o órgão competente da instituição federal a ser apoiada deverá se manifestar quanto ao cumprimento, pela fundação de apoio, das disposições contidas no art. 4º-A." (NR)	Parágrafo único. Em caso de renovação do credenciamento, prevista no inciso III do caput, o Conselho Superior ou o órgão competente da instituição federal a ser apoiada deverá se manifestar quanto ao cumprimento pela fundação de apoio das disposições contidas no art. 4°-A."(NR)
Art. 3º Na execução de convênios, contratos, acordos e/ou ajustes que envolvam a aplicação de recursos públicos, as fundações contratadas na forma desta lei serão obrigadas a:		"Art. 3º Na execução de convênios, contratos, acordos e demais ajustes abrangidos por esta Lei, inclusive daqueles que envolvam recursos provenientes do Poder Público, as fundações de apoio adotarão regulamento específico de aquisições e contratações de obras e serviços, a ser editado por meio de ato do Poder Executivo federal.	"Art. 3º Na execução de convênios, contratos, acordos e demais ajustes abrangidos por esta Lei, inclusive daqueles que envolvam recursos provenientes do poder público, as fundações de apoio adotarão regulamento específico de aquisições e contratações de obras e serviços, a ser editado por meio de ato do Poder Executivo federal.

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
I - observar a legislação federal que institui normas para licitações e contratos da administração pública, referentes à contratação de obras, compras e serviços;		(Ver abaixo, no art. 3°-A, a correspondência com os incisos suprimidos do caput.)	I – (revogado);
II - prestar contas dos recursos aplicados aos órgãos públicos financiadores;			II - (revogado);
III - submeter-se ao controle finalístico e de gestão pelo órgão máximo da Instituição Federal de Ensino ou similar da entidade contratante;			III - (revogado);
IV - submeter-se à fiscalização da execução dos contratos de que trata esta lei pelo Tribunal de Contas da União e pelo órgão de controle interno competente.			IV - (revogado).
		§ 1º As fundações de apoio, com a anuência expressa das instituições apoiadas, poderão captar e receber diretamente os recursos financeiros necessários à execução dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, sem ingresso na Conta Única do Tesouro Nacional.	§ 1º As fundações de apoio, com a anuência expressa das instituições apoiadas, poderão captar e receber diretamente os recursos financeiros necessários à formação e à execução dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, sem ingresso na Conta Única do Tesouro Nacional.
		§ 2º As fundações de apoio não poderão:	§ 2º As fundações de apoio não poderão:
		I - contratar cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o	I - contratar cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		terceiro grau, de:	terceiro grau, de:
		a) servidor das IFES e demais ICT que atue na direção das respectivas fundações; e	a) servidor das IFES e demais ICT <mark>s</mark> que atue na direção das respectivas fundações; e
		b) ocupantes de cargos de direção superior das IFES e demais ICT por elas apoiadas;	b) ocupantes de cargos de direção superior das IFES e demais ICT <mark>s</mark> por elas apoiadas;
		II - contratar, sem licitação, pessoa jurídica que tenha como proprietário, sócio ou cotista:	II - contratar, sem licitação, pessoa jurídica que tenha como proprietário, sócio ou cotista:
		a) seu dirigente;	a) seu dirigente;
		b) servidor das IFES e demais ICT; e	b) servidor das IFES e demais ICT <mark>s</mark> ; e
		c) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau de seu dirigente ou de servidor das IFES e demais ICT por elas apoiadas; e	c) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau de seu dirigente ou de servidor das IFES e demais ICTs por elas apoiadas; e
		III - utilizar recursos em finalidade diversa da prevista nos projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de estímulo à inovação." (NR)	III - utilizar recursos em finalidade diversa da prevista nos projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de estímulo à inovação." (NR)
		"Art. 3º-A. Na execução de convênios, contratos, acordos e demais ajustes na forma desta Lei, as fundações de apoio deverão:	"Art. 3º-A Na execução de convênios, contratos, acordos e demais ajustes na forma desta Lei, as fundações de apoio deverão:
[Art. 3°]			

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
I - observar a legislação federal que institui normas para licitações e contratos da administração pública, referentes à contratação de obras, compras e serviços;			
II - prestar contas dos recursos aplicados aos <mark>órgãos públicos</mark> financiadores;		I - prestar contas dos recursos aplicados aos <mark>entes</mark> financiadores;	I - prestar contas dos recursos aplicados aos entes financiadores;
III - submeter-se ao controle finalístico e de gestão pelo órgão máximo da Instituição Federal de Ensino ou similar da entidade contratante;		II - submeter-se ao controle de gestão pelo órgão máximo da Instituição Federal de Ensino ou similar da entidade contratante; <mark>e</mark>	II - submeter-se ao controle de gestão pelo órgão máximo da Instituição Federal de Ensino ou similar da entidade contratante; e
		III - submeter-se ao controle finalístico pelo <mark>órgão de controle governamental competente</mark> " (NR)	III - submeter-se ao controle finalístico pelo órgão de controle governamental competente."
IV - submeter-se à fiscalização da execução dos contratos de que trata esta lei pelo Tribunal de Contas da União e pelo órgão de controle interno competente.			
Art. 4º As IFES e demais ICTs contratantes poderão autorizar, de acordo com as normas aprovadas pelo órgão de direção superior competente e limites e condições previstos em regulamento, a participação de seus servidores nas atividades realizadas pelas fundações referidas no art. 1º desta Lei, sem prejuízo de suas atribuições funcionais.		"Art. 4°	"Art. 4°

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
§ 3º É vedada a utilização dos contratados referidos no caput para contratação de pessoal administrativo, de manutenção, docentes ou pesquisadores para prestar serviços ou atender a necessidades de caráter permanente das contratantes.			
		§ 4º Os servidores ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança nas IFES e demais ICT poderão desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos projetos apoiados pelas fundações de apoio com recebimento de bolsas.	§ 4º Os servidores ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança nas IFES e demais ICTs poderão desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos projetos apoiados pelas fundações de apoio com recebimento de bolsas.
		§ 5º É permitida a participação não remunerada de servidores das IFES e demais ICT nos órgãos de direção de Fundações de Apoio, não lhes sendo aplicável o disposto no inciso X do caput do art. 117 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	§ 5° É permitida a participação não remunerada de servidores das IFES e demais ICTs nos órgãos de direção de Fundações de Apoio, não lhes sendo aplicável o disposto no inciso X do caput do art. 117 da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
		§ 6º Não se aplica o disposto no § 5º aos servidores das IFES e demais ICT investidos em cargo em comissão ou função de confiança.	§ 6º Não se aplica o disposto no § 5º aos servidores das IFES e demais ICTs investidos em cargo em comissão ou função de confiança.
		§ 7º Os servidores das IFES e demais ICT somente poderão participar de atividades nas fundações de apoio	ICT <mark>s</mark> somente poderão participar de

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		quando não houver prejuízo ao cumprimento de sua jornada de trabalho na entidade de origem, ressalvada a hipótese de cessão especial prevista no inciso II do § 4º do art. 20 da <u>Lei nº 12.772</u> , de 2012." (NR)	quando não houver prejuízo ao cumprimento de sua jornada de trabalho na entidade de origem, ressalvada a hipótese de cessão especial prevista no inciso II do § 4º do art. 20 da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012."(NR)
Art. 4º-A. Serão divulgados, na íntegra, em sítio mantido pela fundação de apoio na rede mundial de computadores internet:		"Art. 4º-A. Serão integralmente divulgados, em sítios mantidos pela fundação de apoio e pelos Ministérios da Educação e Ciência, Tecnologia e Inovação na internet:	
I - os instrumentos contratuais de que trata esta Lei, firmados e mantidos pela fundação de apoio com as IFES e demais ICTs, bem como com a FINEP, o CNPq e as Agências Financeiras Oficiais de Fomento;		I - os convênios, contratos, acordos e demais ajustes de que trata esta Lei firmados e mantidos pela fundação de apoio com as IFES e demais ICT, e a FINEP, o CNPq, as agências financeiras oficiais de fomento, as organizações sociais e entidades privadas ou sociedades de economia mista e empresas públicas, suas subsidiárias e controladas;	
II - os relatórios semestrais de execução dos contratos de que trata o inciso I, indicando os valores executados, as atividades, as obras e os serviços realizados, discriminados por projeto, unidade acadêmica ou pesquisa beneficiária; III - a relação dos pagamentos efetuados		II - os relatórios semestrais de execução dos instrumentos de que trata o inciso I do caput, com indicação dos valores executados, das atividades, das obras e dos serviços realizados, discriminados por projeto, unidade acadêmica ou pesquisa beneficiária; III - a relação dos pagamentos efetuados	

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
a servidores ou agentes públicos de		a servidores ou agentes públicos de	
qualquer natureza em decorrência dos		qualquer natureza em decorrência dos	
contratos de que trata o inciso I;		instrumentos de que trata o inciso I <mark>do</mark> caput;	
IV - a relação dos pagamentos de		IV - a relação dos pagamentos de	
qualquer natureza efetuados a pessoas		qualquer natureza efetuados a pessoas	
físicas e jurídicas em decorrência dos		físicas e jurídicas em decorrência dos	
contratos de que trata o inciso I; e		<mark>instrumentos</mark> de que trata o inciso I <mark>do</mark>	
		<mark>caput</mark> ; e	
V - as prestações de contas dos		V - as prestações de contas dos	
instrumentos <mark>contratuais</mark> de que trata		instrumentos de que trata esta Lei,	
esta Lei, firmados e mantidos pela		firmados e mantidos pela fundação de	
fundação de apoio com as IFES e demais		apoio com as IFES e demais ICT, e a	
ICT <mark>s</mark> , bem como com a FINEP, o CNPq e as Agências Financeiras Oficiais de		FINEP, o CNPq, as <mark>a</mark> gências <mark>f</mark> inanceiras oficiais de fomento, as organizações	
Fomento.		sociais e entidades privadas ou	
Contento.		sociedades de economia mista e	
		empresas públicas, suas subsidiárias e	
		controladas.	
		Parágrafo Único. Ficam excluídas da	
		obrigatoriedade de divulgação prevista	
		no caput as informações classificadas	
		como segredo industrial, protegido pela	
		Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996,	
		mediante previsão expressa nos	
		respectivos convênios, contratos,	
		acordos e demais ajustes." (NR)	
Art. 4º-B. As fundações de apoio		"Art. 4°-B. As fundações de apoio	"Art. 4°-B As fundações de apoio
poderão conceder bolsas de ensino,		poderão conceder bolsas de ensino,	poderão conceder bolsas de ensino,
pesquisa e extensão e de estímulo à		pesquisa e extensão e de estímulo à	pesquisa e extensão e de estímulo à

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
inovação aos <mark>alunos</mark> de graduação e pós- graduação vinculadas a projetos institucionais das IFES e demais ICT <mark>s</mark> apoiadas, na forma da regulamentação específica, observados os princípios referidos no art. 2º.		inovação aos estudantes de cursos técnicos, de graduação e pós-graduação e aos servidores vinculados a projetos institucionais, inclusive em rede, das IFES e demais ICT apoiadas, na forma da regulamentação específica, observados os princípios referidos no art. 2°." (NR)	inovação aos estudantes de cursos técnicos, de graduação e pós-graduação e aos servidores vinculados a projetos institucionais, inclusive em rede, das IFES e demais ICTs apoiadas, na forma da regulamentação específica, observados os princípios referidos no art. 2°."(NR)
Art. 4º-C. É assegurado o acesso dos órgãos e das entidades públicas concedentes ou contratantes e do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal aos processos, aos documentos e às informações referentes aos recursos públicos recebidos pelas fundações de apoio enquadradas na situação prevista no art. 1º desta Lei, bem como aos locais de execução do objeto do contrato ou convênio.		"Art. 4°-C. É assegurado o acesso dos órgãos e das entidades públicas concedentes ou contratantes e do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal aos processos, aos documentos e às informações referentes aos recursos públicos ou privados recebidos pelas fundações de apoio enquadradas na situação prevista no art. 1° e aos locais de execução do objeto do contrato ou convênio." (NR)	"Art. 4°-C É assegurado o acesso dos órgãos e das entidades públicas concedentes ou contratantes e do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal aos processos, aos documentos e às informações referentes aos recursos públicos recebidos pelas fundações de apoio enquadradas na situação prevista no art. 1° e aos locais de execução do objeto do contrato ou convênio."(NR)
J		"Art. 4º-D A movimentação dos recursos dos projetos gerenciados pelas fundações de apoio deverá ser realizada exclusivamente por meio eletrônico, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços devidamente identificados.	"Art. 4º-D A movimentação dos recursos dos projetos gerenciados pelas fundações de apoio deverá ser realizada exclusivamente por meio eletrônico, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços devidamente identificados.
		§ 1º Poderão ser realizados, mediante justificativa circunstanciada e em caráter excepcional, saques para pagamento em	§ 1º Poderão ser realizados, mediante justificativa circunstanciada e em caráter excepcional, saques para pagamento em

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		dinheiro a pessoas físicas que não possuam conta bancária ou saques para atender a despesas de pequeno vulto, definidas em regulamento específico previsto no art. 3º desta Lei, adotandose, em ambas as hipóteses, mecanismos que permitam a identificação do beneficiário final, devendo as informações sobre tais pagamentos constar em item específico da prestação	dinheiro a pessoas físicas que não possuam conta bancária ou saques para atender a despesas de pequeno vulto, definidas em regulamento específico previsto no art. 3º desta Lei, adotandose, em ambas as hipóteses, mecanismos que permitam a identificação do beneficiário final, devendo as informações sobre tais pagamentos constar em item específico da prestação
		de contas. § 2º Os recursos provenientes de convênios, contratos, acordos e demais ajustes que envolvam recursos públicos gerenciados pelas fundações de apoio deverão ser mantidos em contas específicas abertas para cada projeto.	de contas. § 2º Os recursos provenientes de convênios, contratos, acordos e demais ajustes que envolvam recursos públicos gerenciados pelas fundações de apoio deverão ser mantidos em contas específicas abertas para cada projeto.
		§ 3º As fundações de apoio deverão garantir o controle contábil específico dos recursos aportados e utilizados em cada projeto, de forma a garantir o ressarcimento às IFES, previsto no art. 6º desta Lei." (NR)	§ 3º As fundações de apoio deverão garantir o controle contábil específico dos recursos aportados e utilizados em cada projeto, de forma a garantir o ressarcimento às IFES, previsto no art. 6º desta Lei."
Art. 6º No cumprimento das finalidades referidas nesta Lei, poderão as fundações de apoio, por meio de instrumento legal próprio, utilizar-se de bens e serviços das IFES e demais ICTs contratantes, mediante ressarcimento, e pelo prazo estritamente necessário à		"Art. 6º No cumprimento das finalidades referidas nesta Lei, poderão as fundações de apoio, por meio de instrumento legal próprio, utilizar-se de bens e serviços das IFES e demais ICT apoiadas, pelo prazo necessário à elaboração e execução do projeto de	apoiadas, pelo prazo necessário à

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
elaboração e execução do projeto de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de efetivo interesse das contratantes e objeto do contrato firmado.		ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de estímulo à inovação, mediante ressarcimento previamente definido para cada projeto.	ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de estímulo à inovação, mediante ressarcimento previamente definido para cada projeto.
		§ 1º Nos projetos que envolvam risco tecnológico, para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto ou processo inovador, o uso de bens e serviços das IFES ou demais ICT poderá ser contabilizado como contrapartida da instituição ao projeto, mediante previsão contratual de participação da instituição nos ganhos econômicos dele derivados, na forma da Lei nº10.973, de 2004.	§ 1º Nos projetos que envolvam risco tecnológico, para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto ou processo inovador, o uso de bens e serviços das IFES ou demais ICTs poderá ser contabilizado como contrapartida da instituição ao projeto, mediante previsão contratual de participação da instituição nos ganhos econômicos dele derivados, na forma da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.
		§ 2º Na hipótese de que trata o § 1º, o ressarcimento previsto no caput poderá ser dispensado, mediante justificativa circunstanciada constante no projeto a ser aprovado pelo Conselho Superior das IFES ou órgão competente nas demais ICT." (NR)	§ 2º Na hipótese de que trata o § 1º, o ressarcimento previsto no caput poderá ser dispensado, mediante justificativa circunstanciada constante no projeto a ser aprovado pelo Conselho Superior das IFES ou órgão competente nas demais ICTs."(NR)
Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008		Art. 7 ° A Lei n° 11.892, de 29 de dezembro de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 7º A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 5º Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência		"Art. 5"	"Art. 5°

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
e Tecnologia:			
§ 5º A relação dos campi que integrarão cada um dos Institutos Federais criados nos termos desta Lei será estabelecida em ato do Ministro de Estado da Educação.			
		§ 6º Os Institutos Federais poderão conceder bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio a alunos, docentes e pesquisadores externos ou de empresas, a serem regulamentadas por órgão técnico competente do Ministério da Educação." (NR)	§ 6º Os Institutos Federais poderão conceder bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio a alunos, docentes e pesquisadores externos ou de empresas, a serem regulamentadas por órgão técnico competente do Ministério da Educação."(NR)
Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011		Art. 8° A Lei n° 12.513, de 26 de outubro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 8º A Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 4º O Pronatec será desenvolvido por meio das seguintes ações, sem prejuízo de outras:		"Art. 4º	"Art. 4°
§ 1º A Bolsa-Formação Estudante será destinada aos beneficiários previstos no art. 2º para cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas concomitante, integrada ou subsequente, nos termos definidos em ato do Ministro de Estado da Educação.		§ 1º A Bolsa-Formação Estudante será destinada aos beneficiários previstos no art. 2º para cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas concomitante, integrada ou subsequente, e para cursos de formação de professores em nível médio na	§ 1º A Bolsa-Formação Estudante será destinada aos beneficiários previstos no art. 2º para cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas concomitante, integrada ou subsequente, e para cursos de formação de professores em nível médio na

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
		modalidade normal, nos termos	modalidade normal, nos termos
		definidos em ato do Ministro de Estado	definidos em ato do Ministro de Estado
		da Educação.	da Educação.
		" (NR)	" (NR)
Art. 5º Para os fins desta Lei, são consideradas modalidades de educação profissional e tecnológica os cursos:		"Art. 5°	"Art. 5°
I - de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; e			
II - de educação profissional técnica de nível médio.		II - de educação profissional técnica de nível médio <mark>; e</mark>	II - de educação profissional técnica de nível médio; e
		III - de formação de professores em nível médio na modalidade normal.	III - de formação de professores em nível médio na modalidade normal.
		" (NR)	" (NR)
Lei nº 9.532, 10 de dezembro de 1997		Art. 10. A alínea "a" do § 2º do art. 12 da Lei nº 9.532, 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:	Art. 9° A alínea a do § 2° do art. 12 da Lei n° 9.532, de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 12. Para efeito do disposto no art. 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.		"Art 12	"Art 12
§ 1º Não estão abrangidos pela imunidade os rendimentos e ganhos de			

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.			
§ 2º Para o gozo da imunidade, as instituições a que se refere este artigo, estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:		§ 2°	§ 2°
a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;		a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associação assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações;	a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações;
		"(NR)	"(NR)
Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935		Art. 11. A alínea "c" do art. 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, passa a vigorar com a seguinte redação:	Art. 10. A alínea c do art. 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art 1º As sociedades civis, as associações e as fundações constituidas no paiz com o fim exclusivo de servir		"Art. 1°	"Art. 1°

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
desinteressadamente á collectividade podem ser declaradas de utilidade publica, provados os seguintes requisitos:			
c) que os cargos de sua diretoria, conselhos fiscais, deliberativos ou consultivos não são remunerados.		c) que os cargos de sua diretoria, conselhos fiscais, deliberativos ou consultivos não são remunerados, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações." (NR)	c) que os cargos de sua diretoria, conselhos fiscais, deliberativos ou consultivos não sejam remunerados, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações."(NR)
Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009		Art. 12. O inciso I do art. 29 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:	Art. 11. O inciso I do art. 29 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 29. A entidade beneficente certificada na forma do Capítulo II fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, desde que atenda,		"Art. 29	"Art. 29

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
cumulativamente, aos seguintes requisitos:			
I - não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;		I — não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou titulo, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações;	I — não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações;
		(NR)	"(NR)
	Art. 6º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011 Art. 7º No âmbito dos contratos previstos no art. 6º, os servidores titulares de cargo efetivo em exercício			

Legislação		Medida		ria nº 614, d de 2013	e 14 de	•	xto apro	e Conversão n vado pela Co Mista)			exto apr	e Conversão n ovado pela Cá eputados)	-
na instituição federal d instituição congênere c atividades relacionadas a EBSERH poderão ser a ela a realização de atividades à saúde e administrativas.	que exerçam ao objeto da a cedidos para												
§ 2º A cessão de o caput ocorrerá com ô cessionário.	que trata nus para o							<mark>ado o § 2º</mark> do a e 15 de dezer				ogado o § 2º d de 15 de deze	
ANEXO I ESTRUTURA DO PL CARREIRAS E CAR MAGISTÉRIO FED	GOS DE	"ESTI CAR	o I à Lei p dezemb RUTUR REIRAS	EXO I nº 12.772, de ro de 2012) A DO PLANO S E CARGOS RIO FEDER	O DE S DE	"EST CAF	o I à Lei dezemb RUTUR RREIRAS	NEXO I nº 12.772, de 2 oro de 2012) A DO PLANO S E CARGOS I RIO FEDERA	DE DE	"EST CAF	o I à Lei dezemb RUTUR RREIRAS	NEXO I nº 12.772, de 2 oro de 2012) A DO PLANO S E CARGOS RIO FEDERA	DE DE
a) Carreira de Magistério S	uperior	a) Carreira	de Mag	istério Super	ior	a) Carreir	a de Mag	gistério Superio	or	a) Carreir	a de Mag	gistério Superio	or
CARGO C	CLASSE NÍVE L	CARGO	CLASS E	<mark>DENOMINA</mark> ÇÂO	NÍVEL	CARGO	CLASS E	DENOMINAÇ ÂO	NÍVEL	CARGO	CLASS E	DENOMINAÇ ÂO	NÍVEL
	Titular	Professor de	E D	Titular Associado	Único 4 3 2 1	Professor de	E D	Titular Associado	Único 4 3 2 1	Professor de	E D	Titular Associado	Único 4 3 2 1
Superior	Adjunto 2 1	Magistéri o Superior	C	Adjunto	4 3 2 1	Magistéri o Superior	С	Adjunto	3 2 1 2	Magistéri o Superior	С	Adjunto	4 3 2 1 2
	Assistent 2		B	Assistente	2		В	Assistente	1		В	Assistente	1

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
10 de abril de 1987 Auxi 3 2 Auxilia 1 Federa 1 1 Sedera	Lei nº 7.59	Lei nº 7.59 Assi 4 2 3 2 B Assistent e Magis tério Feder al 1 1 4 Assistent e A - se Doutor Assistent e A - se Graduad o o ou Especiali sta	Lei nº7.59 Assi stent e
ANEXO III VALORES DO VENCIMENTO BÁSICO DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE MAGISTÉRIO FEDERAL	ANEXO III (Anexo III à Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012) "VALORES DO VENCIMENTO BÁSICO DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE MAGISTÉRIO FEDERAL	ANEXO III (Anexo III à Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012) "VALORES DO VENCIMENTO BÁSICO DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE MAGISTÉRIO FEDERAL	ANEXO III (Anexo III à Lei n° 12.772, de 28 de dezembro de 2012) "VALORES DO VENCIMENTO BÁSICO DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE MAGISTÉRIO FEDERAL
a) Efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2013 Tabela I - Carreira de Magistério Superior CLASSE NÍVEL VENCIMENTO BÁSICO EM R\$ REGIME DE TRABALHO	a) Efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2013 Tabela I - Carreira de Magistério Superior CLA DENOMI NÍV VENCIMENTO SSE NAÇÃO EL BÁSICO EM R\$	a) Efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2013 Tabela I - Carreira de Magistério Superior CLA DENOMI NÍV VENCIMENTO SSE NAÇÃO EL BÁSICO EM R\$	a) Efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2013 Tabela I - Carreira de Magistério Superior CLA DENOMI NÍV VENCIMENTO SSE NAÇÃO EL BÁSICO EM R\$

	Le	gislação)		N	Iedida Pr		ória nº (o de 201		14 de				apro	e Conve vado p Iista)		-		rojeto de 2013 (tex	to apı		pela Câ	-
			40	DEDI CAÇÃ				1	EGIME I RABALH							EGIME I RABALH						EGIME I RABALI	1 1
		20 HORAS	HORA S	O EXCL USIV A				20 HORA	40 HORA S	DEDI CAÇÃ O EXCL					20 HORA S	40 HORA S	DEDI CAÇÃ O EXCL				20 HORA S	40 HORA S	DEDI CAÇÃ O EXCL
Titular	1	2.584,2	3.937, 63	6.042, 34				5	5	USIV A					5	5	USIV A				5	5	USIV A
	4	2.516,2 3	3.802, 56	5.834, 89	E	Titular	1	2.584, 28	3.937, 63	6.042, 34	Е	Titt	ılar	1	2.584, 28	3.937, 63	6.042, 34		E Titulai	1	2.584, 28	3.937, 63	6.042, 34
Associado	3	2.483,0 9	3.737, 02	5.733, 71			4	2.516, 23	3.802, 56	5.834, 89				4	2.516, 23	3.802, 56	5.834, 89			4	2.516, 23	3.802, 56	5.834, 89
Associado	2	2.450,8 9	3.673, 36	5.635, 45		Ai - d -	3	2.483, 09	3.737, 02	5.733, 71				3	2.483, 09	3.737, 02	5.733, 71			3	2.483, 09	3.737, 02	5.733, 71
	1	2.447,1 0	3.666, 51	5.625, 24	"	Associado	2	2.450, 89	3.673, 36	5.635, 45		Asso	ciado	2	2.450, 89	3.673, 36	5.635, 45	'	Associa	2	2.450, 89	3.673, 36	5.635, 45
	4	2.224,0	3.224, 68	4.304, 72			1	2.447, 10	3.666, 51	5.625, 24				1	2.447, 10	3.666, 51	5.625, 24			1	2.447, 10	3.666, 51	5.625, 24
A diunto	3	2.187,1 9	3.159, 83	4.205, 81			4	2.224, 05	3.224, 68	4.304, 72				4	2.224, 05	3.224, 68	4.304, 72			4	2.224, 05	3.224, 68	4.304, 72
Adjunto	2	2.151,2	3.096, 70	4.109, 39			3	2.187, 19	3.159, 83	4.205, 81				3	2.187, 19	3.159, 83	4.205, 81			3	2.187, 19	3.159, 83	4.205, 81
	1	2.039,9	2.959, 02	4.015, 41		Adjunto	2	2.151, 22	3.096, 70	4.109, 39		Aaj	unto	2	2.151, 22	3.096, 70	4.109, 39	$\ \cdot \ $	C Adjunt	2	2.151, 22	3.096, 70	4.109, 39
Assistente	2	1.988,8 5	2.858, 53	3.849, 74			1	2.039, 91	2.959, 02	4.015, 41				1	2.039, 91	2.959, 02	4.015, 41			1	2.039, 91	2.959, 02	4.015, 41
Assistente	1	1.963,3 9	2.809, 26	3.762, 54	В	Assistanta	2	1.988, 85	2.858, 53	3.849, 74	В	Assis	tonto	2	1.988, 85	2.858, 53	3.849, 74		Assistan	2	1.988, 85	2.858, 53	3.849, 74
Auxiliar	2	1.938,6 5	2.761, 39	3.677, 52		Assistente	1	1.963, 39	2.809, 26	3.762, 54		ASSIS	tente	1	1.963, 39	2.809, 26	3.762, 54		3 Assister	1	1.963, 39	2.809, 26	3.762, 54
AuXIIIdi	1	1.914,5 8	2.714, 89	3.594, 57	A	Adjunto-A - se	2	1.938, 65	2.761, 39	3.677, 52	A	Adju	nto-A se	2	1.938, 65	2.761, 39	3.677, 52	I	Adjunto - se	·A 2	1.938, 65	2.761, 39	3.677, 52

		Legislaç	ão		I	Medida Pr		ria nº 6 de 201		14 de		ojeto de L)13 (texto	apro					ojeto de L 2013 (texto d	apro		ela Câ	
						Doutor Assistente -A - se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialist a	1	1.914, 58	2.714, 89 <mark>VR)</mark>	3.594, 57		Doutor Assistente -A - se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialist a		1.914, 58	2.714, 89	3.594, 57		Doutor Assistente -A - se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialist a	1	1.914, 58	2.714, 89	3.594, 57
março de) Efeitos financeiros a partir de narço de 2014 abela I - Carreira de Magis uperior VENCIMENTO BÁS					Efeitos fir irço de 201 bela I - perior	4	•	•		ma Tal	Efeitos fii rço de 201 pela I - perior	4		•		ma Tal	Efeitos fir rço de 201 pela I - perior	4		•	
CLASSE	NÍVEI	REGIM	EM R\$ E DE TRA 40 HORA S	ABALHO DEDIC AÇÃO EXCLU SIVA	CI AS SE	DENOMI NAÇÃO	NÍV EL	BÁ R T	ENCIME SICO EN EGIME RABAL 40 HORA S	M R\$ DE HO DEDIC AÇÃO EXCL	CL AS SE	DENOMI NAÇÃO	NÍVI L	E 20	ENCIME ÁSICO EN REGIME FRABAL 40 A HORA S	M R\$ DE HO DEDIC AÇÃO EXCL	CL AS SE	DENOMI NAÇÃO	NÍVE L	BÁ F Z 20	ENCIME ASICO EI REGIME RABAL 40 A HORA S	M R\$ DE HO DEDIC AÇÃO EXCL
Titular	1	2.801,70	4.146,7 1 4.004,4	6.363,1 7 6.144,7	E	Titular	1		7 4.146,7 1	USIVA 6.363,1	E	Titular	1		7 4.146,7	USIVA 7 6.363,1	E	Titular	1		7 4.146,7	USIVA 6.363,1
Associado	4 3 2 1	2.708,47 2.662,87 2.618,31 2.588,51	7 3.935,4 5 3.868,4 0 3.861,1 9	1 6.038,1 5 5.933,8 0 5.923,9 2	D	Associado	4 3 2	7 2.662,8 7 2.618,3 1	0 3.861,1	1	D	Associado	4 3 2	7 2.662, 7 2.618, 1	4 4.004,4 7 8 3.935,4 5 3 3.868,4 0 5 3.861,1	1 6.038,1 5 5.933,8 0 5.923,9	D	Associado	4 3 2	7 2.662, 7 2.618, 1		1 6.038,1 5 5.933,8 0 5.923,9
Adjunto	4	2.357,53	3.392,9 6	4.704,7 1			1	1	9	2				1	9	2			1	1	9	2

]	Legislaç	ão		ľ			ria nº 61 de 2013	4, de 14 de		rojeto de L 013 (texto	aprov			-		ojeto de L 013 (texto d	apro		ela Câi	
	3	2.326,77	3.343,1 5	4.629,9 8			4	2.357,5	3.392,9 4.704,7 6 1			4	2.357,5	3.392,9 6	4.704,7 1			4	2.357,5	3.392,9 6	4.704,7
	2	2.296,57	3.269,3 8	5		Adjunto	3	7	3.343,1 4.629,9 5 8	$\Big \Big _{C}$	Adjunto	3	7	3.343,1 5	8		Adjunto	3	7	3.343,1 5	8
	1	2.193,83	3.118,5 0	9		rajunto	2	7	3.269,3 4.556,7 8 5		riajunto	2	7	3.269,3 8	5		rajunto	2	7	3.269,3 8	5
Assistente	2	2.093,40	3.010,3 2	5			1	3	3.118,5 4.484,9 0 9			1	3	3.118,5 0	9			1	3	0	4.484,9 9
1 issistence	1	2.069,79	2.938,3 7	5	B	Assistente	2	0	3.010,3 4.176,9 2 5	$\ $ _B	Assistente	2	0	2	4.176,9 5	В	Assistente	2	0	2	4.176,9 5
Auxiliar	2	1.999,75	2.834,2	3			1	9	2.938,3 4.111,0 7 5			1	9	7	5			1	9	2.938,3	5
	1	1.966,67	2.764,4 5	3.804,2 9		Adjunto-A - se Doutor	2	1.999,7 2	2.834,2 3.865,8 4 3		Adjunto-A - se Doutor	2	1.999,7	2.834,2 4	3.865,8 3		Adjunto-A - se Doutor	2	1.999,7 5	2.834,2 4	3.865,8
					<u>A</u>	Assistente- A - se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialista	1	7	2.764,4 3.804,2 5 9	A	Auxiliar - se Graduado ou Especialista	1	7	2.764,4 5	3.804,2 9	A	Assistente- A - se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialista	1	7	2.764,4 5	3.804,2
c) Efeitos março de Tabela Superior	2015		-		ma Ta	ırço de 201	5	_	ntir de 1º de Magistério	c) ma	Efeitos Fin Trço de 201 bela I - perior	nancei 5	ros a p			c) ma Tal	Efeitos Fir rço de 201 pela I - perior	nancei 5	ros a p		
CLASSE	NÍVEI	REGIM	40	I	CI AS SE			REC	ENTO BÁSICO EM R\$ GIME DE ABALHO	CI AS SE	5 	-	RE	IENTO I EM R\$ GIME I ABALH	DE .	CL AS SE	DENOMI		RE	IENTO I EM R\$ GIME I ABALH	DE

	I	∟egislaçã	ĭo			N	Iedida Pr		ria nº 6: de 2013		14 de		rojeto de L 013 (texto	apro					rojeto de L 2013 (texto d	apro		ela Câı	
Titular	1	3.019,13	9	6.68			NAÇÃO	EL	20 HORAS	40 HORA	DEDIC AÇÃO EXCL		NAÇÃO	EL	20	40 HORA	DEDIC AÇÃO		NAÇÃO	EL	20	40 HORA	DEDIC AÇÃO
	4	2.900,70	4.206,3 7 4.133,8	6.45 2 6.34		E	Titular	1		S 4 355 7	USIVA 6.684,0	E	Titular	1	HORAS	S 4.355,7	EXCL USIVA 6.684,0	E	Titular	1	HORAS	S 4.355,7	EXCL USIVA 6.684,0
Associad o	2	2.842,65		6.23		E		4	3.019,13	9 4.206,3	0 6.454,5	E		1 4	3.019,13	9 4.206,3	0 6.454,5	E		4	3.019,13	9 4.206,3	0 6.454,5
-	1	2.785,73	4.055,8	6.22	2,6			3	2.900,70 2.842,65	4.133,8	6.342,6 0			3	2.900,70 2.842,65		6.342,6 0			3	2.900,70 2.842,65		6.342,6 0
	4 3.561,2 5.104,0 2.491,01 4 9 3 3.526,4 5.054,				4,6	D	Associado	2	2.785,73	4.063,4		D	Associado	2	2.785,73		6.232,1 5	D	Associado	2	2.785,73	4.063,4 5	
Adjunto	3 2.466,35 7 5 2.466,35 7 5 3 3.442,0 5.004,							1	2.729,93	7	6.222,6 0			1	2.729,93	7	6.222,6 0			1	2.729,93	7	6.222,6 0
rajunto	2	2.441,93	5	1				4	2.491,01	3.561,2 4 3.526,4	5.104,6 9			4	2.491,01	4	5.104,6 9 5.054,1			4	2.491,01	3.561,2 4 3.526,4	5.104,6
	1	2.347,75	3.277,9 7 3.162,1	4.954 6 4.504		C	Adjunto	3	2.466,35		5	C	Adjunto	3	2.466,35	7	5.004,1	C	Adjunto	3	2.466,35		5
Assistente-	2 1	2.197,96		4.45				1	2.441,93	5 3.277,9	1 4.954,5			2	2.441,93	5	1 4.954,5			1	2.441,93	5	1 4.954,5
	2	2.176,19	2.907,0	4.05	4,1			<u> </u>	2.347,75 2.197,96	3.162,1				2	2.347,75		4.504,1			2	2.347,75	7 3.162,1 0	
Auxiliar	1	2.060,86	2.814,0	4.01	4,0	В	Assistente	1	2.176,19	3.067,4	5 4.459,5 5	В	Assistente	1	2.197,96 2.176,19	3.067,4	5 4.459,5 5	В	Assistente	1	2.197,96 2.176,19	3.067,4	5 4.459,5 5
	2.018,77 1 0				_		Adjunto-A - se Doutor		2.060,86	2 007 0	4.054,1 4		Adjunto-A - se Doutor	2	2.060,86		4.054,1 4		Adjunto-A - se Doutor	2	2.060,86	2.907,0 8	4.054,1 4
						A	Assistente- A - se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialista	1	2.018,77	2.814,0 1	4.014,0 0	A	Assistente- A - se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialista	1	2.018,77	2.814,0 1	4.014,0 0	A	Assistente- A - se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialista	1	2.018,77	2.814,0 1	4.014,0

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	" (NR)	" (NR)	
ANEXO IV RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE MAGISTÉRIO FEDERAL - RT	ANEXO IV (Anexo IV à Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012) "RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE MAGISTÉRIO FEDERAL - RT	ANEXO IV (Anexo IV à Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012) "RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE MAGISTÉRIO FEDERAL - RT	ANEXO IV (Anexo IV à Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012) "RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE MAGISTÉRIO FEDERAL - RT
 a) Efeitos Financeiros a partir de 1o de março de 2013 Tabela I - Carreira de Magistério Superior - Valores da RT para o Regime de 20 horas semanais 	a) Efeitos Financeiros a partir de 1o de março de 2013 Tabela I - Carreira de Magistério Superior - Valores da RT para o Regime de 20 horas semanais	a) Efeitos Financeiros a partir de 1o de março de 2013 Tabela I - Carreira de Magistério Superior - Valores da RT para o Regime de 20 horas semanais	a) Efeitos Financeiros a partir de 10 de março de 2013 Tabela I - Carreira de Magistério Superior - Valores da RT para o Regime de 20 horas semanais
CLASS E L A-MENT O CLASS E APER CIALI RAD O RADO RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO EM R\$ RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO EM R\$ MEST RAD RADO RADO	CL AS SE M.	CL DENO M. SE L PRETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO EM R\$ APERF EIÇOA ESPEC MEST DOUT EIÇOA EN A-ÇÃO O O	CL AS SE DENO M. SE L RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO EM R\$ NÍ VAPERF EIÇOA ESPEC MEST DOUT EIÇOA EN A-ÇÃO O O MENT A-ÇÃO O O
Titular 1 198,50 441,18 921,92 1.533,03	E Titular 1 198,50 441,18 921,9 1.533,	E Titular 1 198,50 441,18 921,9 1.533, 03	E Titular 1 198,50 441,18 921,9 1.533,
Associad 3 195,50 415,80 770,83 1.226,87 0 2 194,10 405,26 757,03 1.157,96 1 192,71 401,23 746,99 1.125,43 4 187,05 229,85 546,97 1.000,49 3 175,12 219,38 529,49 972,47 2 167,52 207,67 513,27 948,13	Associad 0 2 194,10 405,26 757,0 1.157, 3 96	D Associad 0 2 194,10 405,26 757,0 1.157, 3 96	D Associad 0 2 194,10 405,26 757,0 1.157, 3 96
Assistent 2 74,43 183,76 472,55 837,82 e 1 73,58 173,22 457,74 823,54	1 192,71 401,23 746,9 1.125,	1 192,71 401,23 746,9 1.125, 43	1 192,71 401,23 746,9 1.125, 43

Legislação		rovisória nº 614, maio de 2013	, de 14 de		rojeto de 013 (text			lo pela				ojeto de 013 (tex	to a	prova			-
Auxiliar 2 72,59 161,35 443,28 802,60 1 69,82 152,35 428,07 785,93		4 187,05 229,85	546,9 1.000, 7 49			4	187,05	229,85	546,9 7	49			4	187,05	229,85	546,9 7	1.000, 49
	C Adjunto –	3 173,12 213,30	529,4 9 972,47		Adjunto	3	175,12			972,47	C	Adjunto	3	175,12	219,38	9	972,47
		2 107,32 207,07	513,2 7 948,13		Adjunto	2	167,52			948,13		Adjunto	2	167,52	207,67	/	948,13
		1 02,29 197,40	497,3 917,13			1	82,29	197,48	_	917,13			1	82,29	197,48		917,13
	Assistent	2 74,43 103,70	472,5 5 837,82	 B	Assistent	2	74,43	183,76	5	837,82	В	Assistent	2	74,43	183,76	5	837,82
	e	1 /3,58 1/3,22	457,7 4 823,54		е	1	73,58	173,22	4	823,54		е	1	73,58	173,22	4	823,54
	A - se	2 72,59 161,35	443,2 8 802,60		Adjunto- A - se	2	72,59	161,35	443,2 8	802,60		Adjunto- A - se	2	72,59	161,35	443,2 8	802,60
	Assistent e-A - se Mestre Auxiliar - se Graduad o ou Especiali sta	1 69,82 152,35	428,0 7 785,93	A	Doutor Assistent e-A - se Mestre Auxiliar - se Graduad o ou Especiali sta		69,82	152,35	428,0 7	785,93	A	Doutor Assistent e-A - se Mestre Auxiliar - se Graduad o ou Especiali sta	1	69,82	152,35	428,0 7	785,93
Tabela II - Carreira de Magistério Superior - Valores da RT para o Regime de 40 horas semanais		- Carreira de alores da RT para emanais	0	Su	bela II perior - \ 40 horas	Valo	res da		_		Suj	oela II perior - \ 40 horas	Valo	res da			
CLAS SE NÍVEL EIÇOA CIAL TRA TOR MENT O ÇÃO DO ADO	AS DENO M.	RETRIBUIÇ NÍ TITULAÇĂ V APER ESPE E FEIÇ CIALI M L OAM ZA- RA ENTO ÇÃO	O EM R\$ DOUT	CL AS SE	DENO M.	NÍ V E L	TIT APER FEIÇ OAM	TRIBUIÇ ULAÇÃ ESPE CIALI M ZA- R. ÇÃO	O EM		CL AS SE	DENO M.	E L	TIT APER FEIÇ OAM	TRIBUIO TULAÇÃ ESPE CIALI M ZA- R ÇÃO	NO EM	

		Legis	slação				Medida P		risória aio de			14 de		rojeto de 013 (text			do pel				rojeto de 2013 (tex	to a		do pe	ela Câ	
Titular	1	211,64	528,2 2	1.387, 22	2.756, 08	E	Titular	1	211,64	528,22	1.387,2 2	2.756,0 8	E	Titular	1	211,64	528,22	1.387,2 2	2.756,0 8	E	Titular	1	211,64	528,22	1.387,2 2	2.756,0
	4	186,80	525,4 0	1.220, 66	2.515, 50			4	186,80	525,40	6	2.515,5 0			4	186,80	525,40	6	2.515,5 0			4	186,80	525,40	6	2.515,5 0
Assoc	3	184,50	523,1 0	1.199, 45	2.436, 53		Associad	3	184,50	523,10	5	2.436,5 3		Associad	3	184,50	523,10	5	2.436,5 3	$\Big \Big _{\mathrm{D}}$	Associad	3	184,50	523,10	1.199,4 5	3
iado	2	182,85	520,5 0	1.195, 44	2.385, 67		0	2	182,85	520,50	4	2.385,6 7		0	ı		520,50	4	2.385,6 7		0	2	182,85	520,50	4	2.385,6 7
	1	181,78	9	1.192, 68	2.364, 04			1	181,78	518,19	8	2.364,0 4			1	181,78	518,19	-	2.364,0			1	181,78	518,19	8	2.364,0 4
	4	146,85	- 0	1.030, 63	2.301, 31			4	146,85	430,10	1.030,6 3	2.301,3 1			4	146,85	430,10	1.030,6 3	2.301,3			4	146,85	430,10	1.030,6 3	2.301,3
Adjunt	3	143,82	416,9 3	997,7 5	2.238, 26		Adjunto	3	143,82	416,93	997,75	2.238,2 6		Adjunto	3	143,82	416,93	997,75	2.238,2	$\Big \Big _{C}$	Adjunto	3	143,82	416,93	997,75	6
0	2	140,87	403,9 6	970,4 4	2.181, 00		Aujunto	2	140,87	403,96	970,44	2.181,0 0		Aujunto	2	140,87	403,96	970,44	2.181,0 0		Aujunto	2	140,87	403,96	970,44	2.181,0
	1	137,99	391,2 9	941,9	2.123, 32			1	137,99	391,29	941,93	2.123,3 2			1	137,99	391,29	941,93	2.123,3			1	137,99	391,29	941,93	2.123,3
Assist	2	131,60	353,1 4	918,6 8	2.041, 45	B	Assistent	2	131,60	353,14	918,68	2.041,4 5	B	Assistent	2	131,60	353,14	918,68	2.041,4	В	Assistent	2	131,60	353,14	918,68	2.041,4
ente	1	126,94	330,2 2	905,3	1.995, 64		е	1	126,94	330,22	905,31	1.995,6 4		е	1	126,94	330,22	905,31	1.995,6 4		е	1	126,94	330,22	905,31	1.995,6 4
Auxili	2	118,09	294,4 6	867,3 1	1.965, 32		Adjunto- A - se	2	118,09	294,46	867,31	1.965,3 2		Adjunto- A - se	2	118,09	294,46	867,31	1.965,3 2		Adjunto- A - se	2	118,09	294,46	867,31	1.965,3 2
ar	1	110,22	253,1 3	835,0 5	1.934, 76	A	Doutor Assistent e-A se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialis	1	110,22	253,13	835,05	1.934,7 6	A	Doutor Assistent e-A se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialis		110,22	253,13	835,05	1.934,7 6	A	Doutor Assistent e-A se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialis		110,22	253,13	835,05	1.934,7
Tabela	a III	- Carr	eira c	le Ma	gistério	Ta	bela III	-	Carre	ira d	e Ma	gistério	Ta	bela III	-	Carre	ira d	e Ma	gistério	Ta	bela III	-	Carre	ira d	e Ma	gistéric

		Legis	lação			N	Medida P		risória aio de		4, de 14 o	de		ojeto de)13 (text			lo pela		-		rojeto de 2013 (tex	to a		do pel	a Cân	
Superior Regime				-	ara o		perior - V Dedicaçã			-	ara o Reg	ime	_	oerior - V Dedicaçã			-	ıra o Re	gime		perior - V Dedicaçã				ıra o F	legime
CLASS E	NÍV EL	APE RFEI ÇOA- MEN	TTULA	IÇÃO P ÇÃO EM \$ MES TRA DO		CL AS SE	DENO M.	NÍ V E L	TIT APER	TULAÇ ESPEC IALIZ	RADO		CL AS SE	DENO M.	NÍ V E L		ULAÇA ESPEC IALIZ	IÇÃO PC ÃO EM F MEST C RADO	R\$	CL AS SE	DENO M.	NÍ V E L	TIT APER FEIÇO A-	ULAÇ. ESPEC	IÇÃO P ÃO EM MEST RADO	DOUT
Titular	1	TO 575,2	994,6	3.293,	7.747,	E	Titular			994,60	0 8	747, 80	Е	Titular	1	575,20	994,60	U	80	Е	Titular	1	575,20	994,60	3.293,4 0	80
Associ ado	ldar 1 575,2 994,6 3.293, 7 0 40 40 40 40 40 40 40 40 40 40 40 40 4				80 7.619, 34 7.322, 48 7.204, 30 6.987, 79	D	Associad o	3 2 1	535,96 522,60 511,60	961,25 945,87 933,12	0 3 3.154,2 7.3 5 4 3.153,3 7.3 6 3 3.151,2 6.9 5	619, 34 322, 48 204, 30 987, 79	D	Associad 0	3	553,89 535,96 522,60 511,60	961,25 945,87 933,12	3.154,2 7 5 3.153,3 7 6 3.151,2 6 5	34 7.322, 48 7.204, 30 6.987, 79	D	Associad 0	2	553,89 535,96 522,60 511,60	961,25 945,87	3.154,2 5 3.153,3 6 3.151,2	48 7.204, 30 6.987, 79
Adjunt	4 3 2	332,5 1 322,7 6 314,8	679,3 0 641,4 0 602,8 2	2.501, 25 2.403, 19 2.332, 03	4.994, 99 4.860, 74 4.730, 14	C	Adjunto	3	322,76		2.403,1 4.8 9 2.332,0 4.7 3	994, 99 860, 74 730,	С	Adjunto	3	332,51 322,76 314,89	641,40 602,82	5 2.403,1 9 2.332,0 3	74 4.730, 14	С	Adjunto	3 2	332,51 322,76 314,89	641,40	2.403,1 9 2.332,0 3	99 4.860, 74 4.730, 14
	1	307,2	568,2 7	2.261, 88	4.603, 12			1		568,27	8 1	603, 12 486,			1	307,26	568,27	2.261,8 ² 8 2.008,6 ²	12			1	307,26	,	2.261,8 8 2.008,6	4.603, 12 4.486,
Assiste nte	1	292,8 5 285,8 4	533,9 5 519,8 7	2.008, 63 1.945, 10	4.486, 67 4.473, 70	В	Assistent e	1		533,95 519,87	3 (1.945,1 4.4	67 473, 70	В	Assistent e	1	292,85 285,84	533,95	3	67 1.473, 70	В	Assistent e	1	292,85 285,84		3 1.945,1 0	67 4.473, 70
Auxilia r	Auxilia 2 279,0 507,8 1.916, 4.4				4.465, 66	A	Adjunto- A - se	2	279,05	507,80		465, 66	Α	Adjunto- A - se	2	279,05	507,80	1.916,0 ⁴ 9	4.465, 66	A	Adjunto- A - se	2	279,05	507,80	1.916,0 9	4.465, 66

		Legis	slação			ľ	Medida F		sória io de l		l, de 1	4 de		ojeto de 13 (text			lo pela				ojeto de 013 (tex	to aj		lo pel	a Cân	
	1	272,4	496,0	1.871, 98	4.455, 20		Doutor Assistent e-A se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialis ta		272,46		1.871,9 8	4.455, 20		Doutor Assistent e-A se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialis ta		272,46	496,08	1.871,9 8	4.455, 20		Doutor Assistent e-A se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialis ta		272,46	496,08	1.871,9 8	4.455, 20
março d Tabela Superio	o) Efeitos Financeiros a partir de narço de 2014 Fabela I - Carreira de Magis Superior - Valores da RT para o Re de 20 horas semanais						Efeitos l rço de 20 bela I perior - V 20 horas)14 - C ⁄alor	Carreira es da l	a de	Mag	istério	mai Tab Sup	Efeitos I rço de 20 oela I oerior - V 20 horas)14 - (⁷ alo	Carreir res da	a de	Magi	stério	mar Tab Sup	Efeitos l ço de 20 ela I erior - V 20 horas)14 - (/alo	Carreira res da l	a de	Mag	istério
CLASSE	LASSE NÍVE APERF ESPE L EIÇOA CIAL TRA TO NE E TRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO EM R.S. LEIÇOA CIAL TRA TO NE E					CI AS SE	DENU	E H	APER FEIÇO	ULAÇ <i>Î</i> ESPEC IALIZ		R\$	CL AS SE	DENO M.	NÍ V E L	TIT APER FEIÇO	ULAÇ <i>î</i> ESPEC	IÇÃO PO ÃO EM : MEST RADO	R\$ DOUT	CL AS SE	DENO M.	E	TIT APER FEIÇO	ULAÇ <i>Î</i> ESPEC IALIZ	ÇÃO P ÃO EM MEST RADO	
Titular	1	198,50	441,1 8 436,8	921,9 2 812,1	1.533, 03 1.351,	E	Titular	1 1	O 198,50	441,18	921,92	1.533,	E	Titular		O 198,50			1.533, 03	Е	Titular	1	O 198,50	441,18	921,92	1.533, 03
Associad 0	3 2	197,20 195,50 194,10	0	9 770,8 3 757,0	1.331, 17 1.226, 87 1.157, 96	D	Associad	3 2	197,20 4 195,50 4	415,80	770,83	03 1.351, 17 1.226, 87 1.157,	D	Associad		197,20 195,50	·	770,83	1.351, 17 1.226, 87 1.157,	D	Associad	\vdash	197,20 4		·	1.351, 17 1.226, 87
Adjunto	1 4	192,71 187,05	401,2 3 229,8 5	746,9 9 566,9 7	1.145, 43 1.030, 49		0	2 2	194,10 ⁴			1.157, 96 1.145, 43		0		194,10 192,71		/5/,03	96 1.145, 43		0	\vdash	194,10 4 192,71			1.157, 96 1.145, 43

		Legis	slação]	Medida I		risória aio de		1, de 1	l4 de		rojeto de 013 (text			lo pela				ojeto de 013 (tex	to a		do pel	la Cân	-
	3	175,12	219,3 8	529,4 9	1.002, 47			4	187,05	229,85	566,97	1.030, 49			4	187,05	229,85	566,97	1.030, 49			4	187,05	229,85	566,97	1.030, 49
	2	167,52	207,6 7	513,2 7	968,1 3		Adjunto	3	175,12	219,38	529,49	1.002, 47		Adjunto	3	175,12	219,38	529,49	1.002, 47	C	Adjunto	3	175,12	219,38	529,49	1.002, 47
	1	82,29	197,4 8	497,3 2	917,1			2				968,13 917,13			2			513,27 497,32				2			513,27 497,32	
Assistent	2	74,43	183,7 6	487,5 5	877,8 2	B	Assistent	2	74,43	183,76	487,55	877,82 823,54	E	Assistent	t 2	74,43	183,76	487,55 457,74	877,82	В	Assistent	2	74,43	183,76	487,55 457,74	877,82
e e	1	73,58	173,2 2	457,7 4	823,5 4		Adjunto- A - se	<u> </u>						Adjunto- A - se							Adjunto- A - se	1				
A:1:	2	72,59	161,3 5	443,2 8	802,6 0		DoutorAs sistente-	2	72,59	161,35	443,28	802,60		DoutorA ssistente-	1	72,59	161,35	443,28	802,60		Doutor Assistent	2	72,59	161,35	443,28	802,60
Auxiliar	1	69,82	152,3 5	428,0 7	785,9 3		A - se							A - se Mestre							e-A - se Mestre					
						A	Auxiliar - se Graduado ou Especiali sta	1	69,82	152,35	428,07	785,93	A	Auxiliar se Graduad oou Especiali	1	69,82	152,35	428,07	785,93	A	Auxiliar - se Graduad o ou Especiali sta	1	69,82	152,35	428,07	785,93
Tabela Superior de 40 ho	- Va	lores d	la RT p		0	Su	bela II perior - V 40 horas	√alo	res da				Su	bela II perior - \ 40 horas	Valo	ores da			•	Sup	oela II oerior - V 40 horas	√alo:	res da		_	
CLASSE	NÍVE L 1		TULAÇ ESPE CIAL IZAÇ ÃO 547,7	IÇÃO P ÃO EM MES TRA DO 1.387,	R\$ DOU TOR ADO 2.906,	C L A SS E	DENU .	L	APER E	ALIZ AÇÃO	MEST RADO	R\$ DOUT	C L A SS E			APER E	ULAÇ. ESPEC IALIZ AÇÃO	MICTI	R\$ DOUT ORAD O	C L A SS E		L L	TIT APER EFIC	ULAÇA ESPEC IALIZ AÇÃO		R\$ DOUT ORAD O
Associad	4	205,85	5 546,9 5	22 1.220, 66	08 2.595, 50	D	Associad o	-	205,85	11	2 .220,6 6	8	D	Associad 0		205,85		2 1.220,6 6	8		Associad 0	+	205,85	-	2	8 2.595,5 0

		Legis	lação				N	/ledida		visóri 1aio d			2 14 de			rojeto d 013 (tex			do pe		-		rojeto do 2013 (tex	xto a	aprov		la Câ	
	3	204,15	545,8 5	1.199, 45	2.536,				3	204,15	545,8	1.199 ₅	,4 2.536,5 3				3	204,15	545,85	1.199,4 5	2.536,5			3	204,15	545,85	1.199,4 5	2.536,5
	2	202,85	544,2 5	1.195, 44	2.520, 67				2	202,85	544,2	5 1.195, 4	,4 2.520,6 7				2	202,85	544,25	1.195,4 4	2.520,6 7			2	202,85	544,25	1.195,4 4	2.520,6
	1	201,78	543,1 9	1.192, 68	2.510, 25				1	201,78	543,19	9 1.192,	,6 2.510,2 5				1	201,78	543,19	1.192,6 8	2.510,2 5			1	201,78	543,19	1.192,6 8	2.510,2
	4	146,85	430,1 0	1.070, 63	2.450, 68				4	146,85	430,10	0 1.070	,6 2.450,6 8				4	146,85	430,10	1.070,6 3	2.450,6 8			4	146,85	430,10	1.070,6 3	2.450,6
Adjunto	3	143,82	416,9 3	997,7 5	2.315, 20				3	143,82	416,93	3 997,7	5 2.315,2 0]		A 11 .	3	143,82	416,93	997,75	2.315,2			3	143,82	416,93	997,75	2.315,2
rajunto	2	140,87	403,9 6	970,4 4	2.285, 87			Adjunto	2	140,87	403,90	6 970,4	4 2.285,8 7		١	Adjunto	2	140,87	403,96	970,44	2.285,8 7		Adjunto	2	140,87	403,96	970,44	2.285,8 7
	1	137,99	391,2 9	941,9 3	2.189 ₅			•	1	137,99	391,29	941,9	3 2.189,5				1	137,99	391,29	941,93	2.189,5			1	137,99	391,29	941,93	2.189,5
Assistent	2	131,60	353,1 4	918,6 8	2.111, 45	_ 	_	Assistent	2	131,60	353,1	4 918,6	8 2.111,4			Assistent	2	131,60	353,14	918,68	2.111,4		Assistent	2	131,60	353,14	918,68	2.111,4
e	1	126,94	330,2	905,3 1	2.025		B	e	1	126,94	330,2	2 905,3	1 2.025,6] '	В	e	1	126,94	330,22	905,31	2.025,6	В	e	1	126,94	330,22	905,31	2.025,6
Auxiliar	2	118,09	294,4	867,3 1	1.965,	_ 		Adjunto- A - se	2	118,09	294,40	6 867,3	1 1.965,3		İ	Adjunto- A - se	2	118,09	294,46	867,31	1.965,3 2		Adjunto- A - se	2	118,09	294,46	867,31	1.965,3
	1	110,22	253,1	835,0 5	1.934, 76		A	Doutor Assistent e A - se Mestre Auxiliar - se Graduad	1	110,22	253,1	3 835,0	5 1.934,7 6	1	A	Doutor Assistent e A - se Mestre Auxiliar - se Graduad	1	110,22	253,13	835,05	1.934,7 6	A	Doutor Assistent e A - se Mestre Auxiliar - se Graduad	1	110,22	253,13	835,05	1.934,7 6
Superior	pela III - Carreira de Magis perior - Valores da RT para gime de Dedicação Exclusiva								Val	ores d	a RT		agistério Regime	S	al Juj	o ou Especiali sta bela II perior - Dedicae	I – Val	ores da	a RT p		,	Su	o ou Especiali sta abela III aperior - Dedicaç	– Valo	ores d	a RT p		·

		Legis	lação			ľ	⁄Iedida I		visória 1aio de		4, de 1	4 de		•			lo pela (o nº 18, de Comissão		rojeto de 2013 (tex	cto a	prova		a Câm	
CLASS E	NÍVEL	TI	TULAÇ ESPE CIAL IZAÇ ÃO	IÇÃO PO ÃO EM MES TRA DO	DOU TOR ADO	CL AS SE	DENO M.	N Í V E L	APER	TULAÇ. ESPEC IALIZ AÇÃO	RADO	R\$ DOUT ORAD O	CL AS SE	DENO M.	N Í V E L	APER FEIÇO AMEN TO	AÇÃO R	D EM R\$ DOUT ORAD O	CL AS SE		N Í V E L	TIT APER	ULAÇÂ	ÇÃO PO ÃO EM I MEST RADO	R\$
Titular	1	838,46	1.427, 12	3.293, 40	9.592, 90	E	Titular	1	838,46	1.427,1 2	3.293,49 0	9.592,9 0	E	Titular	1	838,46	1.427,1 ₃ .	293,4 <mark>9.592,9</mark> 0 0	Е	Titular	1	838,46	1.427,1 2	3.293,49 0	9.592,9 0
	4	656,77	1.106, 48 1.079,	3.155, 10 3.154,	8.914, 38 8.499,				656,77	8 1.070.3	3.155,1 0 3.154,2	8				050,//	8	155,1 8.914,3 0 8 154,2 8.499,3				050,//	8	3.155,18 0 3.154,28	8
Associa do	2	653,42 650,95	36 1.052, 98	25 3.153, 36	36 8.076, 97	D	Associad o	2	653,42 650,95	6	5 3.153,3	6	D	Associad o		653,42 650,95	6	5 6 153,38.076,9	D	Associad o		653,42 650,95	6	5 3.153,38	6
	1	563,78	997,6 7	3.151, 25	7.680, 58			1	563,78		3.151,2°	7.680,5			1	563,78	997,67 3.	151,2 7.680,5 5 8			1	563,78	997,67	3.151,27 5	7.680,5 8
	4	462,05	803,7	2.501, 25	5.668, 86			4	462,05	803,71	2.501,2 5	<u> </u>			4	462,05	803,71 2.	501,25.668,8 5 6			4	462,05	803,71	2.501,2 5	
Adjunto	3	438,29	771,1	2.403,	5.430, 55 5.203,		Adjunto	3	438,29	771,14	2.403,1 9	5.430,5 5		Adjunto	3	438,29	771,14 2.	403,1 5.430,5 9 5	C	Adjunto	3	438,29	771,14	2.403,1 9	5.430,5 5
	2	413,36	749,1 2 716,9	2.332, 03 2.261,	5.203, 58 5.051,		Adjunto	2	413,36	749,12	2.332,0 3	5.203,5 8		Aujunto	2	413,36	749,12	332,0 5.203,5 3 8		Adjunto	2	413,36	749,12	2.332,0 3	5.203,5 8
	1	401,09	710,3	88 2.035,	87 4.651,			1	401,09	716,91	2.261,8 8	5.051,8 7			1	401,09	716,91	261,8 5.051,8 8 7			1	401,09	716,91	2.261,8 8	5.051,8 7
Assisten	2	377,95	5	40	4.631, 67 4.628,	B	Assistent	2	377,95	711,25	2.035,4 0	4.651,6 7		Assistent		377,95	/11,25	035,44.651,6 0 7		Assistent		377,95	/11,25	2.035,4 0	7
te	1	375,93	659,7	2.020,	98		e	1	375,93	659,70	2.020,2 5	4.628,9 8		e	1	375,93	659,70 ^{2.}	020,2 4.628,9 5 8	В	е	1	375,93	659,70	2.020,2 5	1.628,9 8
Auxiliar	2	373,14 351,49	635,6 6 608,2	2.016, 09 1.931,	4.614, 91 4.540,	A	Adjunto- A – se Doutor	2	373,14	635,66	2.016,0 9		A	Adjunto- A - se Doutor		373,14	12	016,0 4.614,9 9 1	A	Adjunto- A - se Doutor		373,14		2.016,0 9	
			2	98	35		Assistent							Assistent						Assistent					

		Legi	slação			I	Medida 1			a nº 61 e 2013	-	14 de		rojeto de 013 (tex			do pel				ojeto de 2013 (tex	cto a	aprova		la Câı	
							e-A – se Mestre Auxiliar - se Graduade ou Especiali) 1		608,22	1.931, 8	94.540,3 5		e-A - se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especiali sta	0 1 i	351,49		1.931, 8	94.540,3 5		e-A - se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especiali sta			608,22	1.931,9 8	94.540,3 5
março Tabela	de 201 I - or - V	15 Carro alores o	eira d la RT j	e Ma	e 1º de gistério Regime	ma Ta Su	Efeitos irço de 2 bela I perior - 20 horas	015 - Valo	Carre	ira de a RT p	e Ma	ıgistério	ma Ta Su	Efeitos arço de 2 bela I perior - 20 horas	015 - Val	Carre ores da	ira de a RT p	e Ma	gistério	ma Ta Su	Efeitos Irço de 2º bela I perior - ` 20 horas	015 - Valo	Carrei ores da	ira de a RT p	Maş	gistério
CLASS E	NÍVEL	TI	TULAÇ	IÇÃO P ÃO EM MES TRA DO	DOU TOR ADO	CL AS SE			TI' APER	TRIBU TULAÇ ESPEC IALIZ A- ÇÃO	ÃO EM	1 R\$ DOUT	CI AS SE	DENO	N Í V E L	TI	A-	ÃO EM	DOUT	CL AS SE		N Í V E L	TI APER	IALIZ	ÃO EM	
Titular	1	211,34	571,8 9	1.177, 46	2.022, 81	E	Titular	1	211,34	571,89	1.177, ² 6	2.022,8 1	Е	Titular	1	211,34	571,89	1.177,4 6	2.022,8	Е	Titular	1	211,34	571,89	1.177,4 6	2.022,8
Associa	3	210,57 205,83	562,8 1 556,8 9	905,7 4 879,3 6	1.556, 01 1.510, 69		Associad	3	·	562,81 556,89	<u> </u>	1 F10 G		Associad	3	210,57 205,83			1.556,0 1 1.510,6 9		Associad	٦		562,81 556,89	·	1.556,0 1 1.510,6 9
do	2	201,24	543,4 5 535,5	853,7 4 828,8	1.466, 69 1.423,	D	0		201,24	543,45	853,74	9		0		201,24	543,45	853,74	9	D	0		201,24	543,45	853,74	1.466,6 9
	1	196,77	230,0	828,8	1.423, 97 1.095,			1	196,77	535,58	828,88	/			1	196,77	535,58	828,88	/			1	196,77	535,58	828,88	1.423,9 7
Adjunto	3	187,44 175,17	5 220,5	0 595,8	36 1.023,	C	Adjunto			230,05		1 023 7	C	Adjunto		187,44			1 023 7	C	Adjunto			230,05	·	1.095,3 6 1.023,7
		1,0,1,	0	9	70			3	175,17	220,50	595,89	0			3	175,17	220,50	595,89	0			3	175,17	220,50	595,89	0

		Legis	slação			I	Medida			a nº 61 e 2013	-	14 de					do pela	são nº 18, de a Comissão		rojeto do 2013 (tex	xto ap	orova		la Cân	
	2	168,13	208,1 0	556,9 0	1.007, 89			2	168,13	208,10	556,90	1.007,8 9			2	168,13	208,10	556,90 1.007,8 9			2 1	68,13	208,10	556,90	1.007,8
	1	97,05	197,7 5	540,6 8	997,1 3		Assistent	1 2				997,13 989,55		Assistent	1 2			540,68 997,13 514,94 989,55		Assistent				540,68 514,94	
Assiste	2	92,42	193,5 0	514,9 4	989,5 5	B	e <mark>Adjunto-</mark>	1 2	92,06	173,70	512,88	971,36 968,99	В	e Adjunto-	1		173,70	512,88 971,36	E E	e Adjunto-	1 9	2,06 1		512,88 508,81	
nte	1	92,06	173,7 0	512,8 8	971,3 6		A - se Doutor			·	•			A - se Doutor						A - se Doutor					
Auxilia	2	91,33	164,3 9	508,8	968,9		Assisten e-A - se	t						Assistent e-A - se						Assistent e-A - se					
r	1	86,16	155,0 8	480,0 1	964,8 2	A	<mark>Mestre</mark> Auxiliar	1	86,16	155,08	480,01	964,82	A	Mestre Auxiliar -	1	86,16	155,08	480,01 964,82	A	Mestre Auxiliar -	1 8	86,16	155,08	480,01	964,82
							se Graduad							se Graduad						se Graduad					
							o ou Especiali sta							o ou Especiali sta						o ou Especiali sta					
Tabela					_		bela II					_	1					Magistério		abela II					
Superio de 40 h				para o I	Regime		perior - 40 hora				ara o .	Regime		perior - 40 horas			RT pa	ara o Regimo		aperior - e 40 horas			RT pa	ara o F	Regime
				IÇÃO P CÃO EM						TRIBU								IÇÃO POR ÃO EM R\$						ÇÃO P ÃO EM	
CLASS	NÍVEL		ESPE	MES	DOU	CL	DLITO	NÍ V	APER FEIÇO	ESPEC		DOLIT	CL	DENO	NÍ V	APER	ESPEC	DOLIT	CI A	DENO	NÍ V	PER	ESPEC		DOUT
		MENT O	1	TRA DO	TOR ADO	SE	M.	E L	A- MENT	A-	MEST RADO		SE	M.	E L	A- MENT		RADO ORAD	A Sl	M.	E	A-	IALIZ A-	NALCII	ORAD O
Titular	1	265,75	/	1.476, 87	3.503, 82	E	True le c	1	0	ÇÃO	1.476,8	3.503,8	E	Tru la c	1	0	ÇÃO	1.476,8 3.503,8	E	Tru la .	_	0	ÇÃO	1.476,8	3.503,8
	4	264,25	613,9 7	1.294, 36	2.997, 68		Titular	1 .		614,97	7	2 2.997,6		Titular		265,75	614,97	7 2 1.294,3 2.997,6		Titular	-	65,75		7	2.997,6
Associa do	3	259,69	612,3 7	1.242, 33	2.846, 85	D	Associa do		264,25		6	8 2.846,8	D	Associa do		264,25		6 8 1.242,3 2.846,8		Associa do		64,25		6	8 2.846,8
	2	247,75	611,7 7	1.233, 26	2.691, 05			3	259,69	612,37	3	5			3	259,69	612,37	3 5	L		3 2	59,69	512,37	3	5

		Legis	slação				Medida		visóri naio d			de 14 de						do pel	são nº 18, de la Comissão	:		ojeto de 013 (tex	xto a	prov		ela Câi	
	1	219,46	587,9 8	1.227, 34	2.687, 96			2	247,75	611,77	7 1.23 6	33,2 2.691,0 5 5				2	247,75	611,77	1.233,2 2.691,0 6 5				2	247,75	611,77	1.233,2 6	2.691,0
	4	208,67	521,6 8	1.222, 23	2.682, 95			1	219,46	587,98	3 1.22	27,3 2.687,9 1 6				1	219,46	587,98	1.227,3 2.687,9 4 6	9			1	219,46	587,98	1.227,3 4	2.687,9
Adjunto	3	204,58	511,4 6	1.198, 27	34			4	208,67	521,68	3 1.22 3	22,2 2.682,9 5 5				4	208,67	521,68	3 5	JIJ			4	208,67	521,68	1.222,2 3	2.682,9
rajunto	2	200,57	501,4 3	1.174, 77	77		Adjunto	3	204,58	511,46	7	08,2 2.630,3 ' 4		c	Adjunto	3	204,58	511,46	/ 4	J I I	С	Adjunto	3	204,58	511,46	7	2.630,3
	1	196,64	491,6 0	1.151, 74	2.528,		Aujunto	2	200,57	501,43	3 1.17 7	74,7 2.578,7 7			Aujunto	2	200,57	501,43	1.174,7 2.578,7 7 7	<u></u>		Aujunto	2	200,57	501,43	7	2.578,7 7
Assisten	2	192,78	431,9 6	1.129, 15	2.478,			1	196,64	491,60	1.15	51,7 2.528,2 l 0				1	196,64	491,60	1.151,7 2.528,2 4 0				1	196,64	491,60	1.151,7 4	2.528,2 0
te	1	190,87	427,1 8	1.117, 97	09		Assistent	2	192,78	431,96	5 1.12 5	29,1 2.478,6 3		Б	Assistent	2	192,78	431,96	1.129,1 2.478,6 5 3	111	В	Assistent	2	192,78	431,96	1.129,1 5	2.478,6 3
Auxiliar	2	178,39	395,9 7	1.044,	79		е	1	190,87	427,18	3 1.11	.7,9 2.454,0 ' 9		В	е	1	190,87	427,18	1.117,9 2.454,0 7 9		В	е	1	190,87	427,18	1.117,9 7	2.454,0 9
	1	168,29	370,7 2	985,6 9	2.329, 40		Adjunto- A - se	2	178,39	395,97	7 1.04	14,8 2.330,7 1 9			Adjunto- A - se	2	178,39	395,97	1.044,8 2.330,7 4 9			Adjunto- A - se	2	178,39	395,97	1.044,8 4	2.330,7 9
						<u>.</u>	Doutor Assistent e-A - se Mestre Auxiliar - se Graduad o ou Especiali sta	1	168,29	370,72	2 985	,69 2.329,4 0		A	Doutor Assistent e-A - se Mestre Auxiliar - se Graduad o ou Especiali sta	1	168,29	370,72	985,69 ^{2.329,4} 0	ŀ		Doutor Assistent e-A - se Mestre Auxiliar - se Graduad o ou Especiali sta	1	168,29	370,72	985,69	2.329,4
Tabela Superio Regime	r - ^v	/alores	da	RT	igistério para o	S		Val	ores d	a RT į		Magistério o Regimo	S	Sup		Val	ores da	a RT p	e Magistério ara o Regimo	e 9	Sup	oela III perior - ` Dedicaç	Valc	ores da	a RT p		
CLASS E	NÍV EL		TRIBUI TITUL <i>I</i> EM	ÁÇÃO	OR		SL DENO S M.	NÎ V E	R			ÁO POR EM R\$	I I	CL AS SE	S DENU	Ní V E	RI		JIÇÃO POR ÇÃO EM R\$		CL AS SE	DENO M.	NÍ V E			JIÇÃO I ÇÃO EN	

		Leg	gislação				M	edida P		risória aio de		4, de	14 de		rojeto d 013 (tex			do pela		-		ojeto de 2013 (tex	to a		do pel	a Cân	
		APERF EIÇOA MENT O	CIALI ZAÇÃ O	MEST RADO	DOUT ORAD O				L	A- MENT		MES RAD				L	APER FEIÇC A- MENT	IALIZ _A		DOUT ORAD O			L	A- MENT	ESPEC IALIZ A- ÇÃO	MEST RADO	DOUT ORAD O
Titular	1	937,46	1.495, 39 1.236,	3.628, 48 3.288,	10.373 ,74 9.009,	╽┝	E	Titular	1	O 937,46	1 405 2	3.628 8	,4 10.373 ,74	E	Titular	1	937,46	1 405 2	3.628, [∠] 8	10.373	E	Titular	1	O 937,46		3.628,4 8	10.373
	4	739,64	45 1.197,	57 3.154,	93 8.512,		1		4	739,64	1 236 4	3.288 7				4	739,64	1 236 /	3.288,5 7				4	739,64	1.236,4 5	3.288,5 7	
Associa do	2	706,88 683,30	47 1.160,	25 3.153,	98 8.085,		D .	Associad	3	706,88	7	3.154 5	98	$\left \right _{\mathrm{D}}$	Associa	d 3	706,88	1.197,4 7	3.154,2 5	98	$\Big \Big _{\mathrm{D}}$	Associad	3	706,88	7	3.154,2 5	98
	1	565,95	08 1.032,	36 3.151,	35 7.692,	•		0	2	683,30	8	6	35		0	2	683,30	8	3.153,3 6	35		0	2	683,30	8	3.153,3 6	35
	4	466,36	22 812,88	25 2.501, 25	01 5.847, 50		_		1	565,95	1.032,2 2	5	01			1	565,95	1.032,2	3.151,2 5	01			1	565,95	1.032,2 2	3.151,2 5	01
	3	439,97	781,02	2.403, 19	5.516, 51				4		812,88	2 402	50			4	+	812,88	2 402 1	50			4	466,36		2.501,2 5 2.403,1	5.847, 50 5.516,
Adjunto	2	415,06	772,66	2.332,	5.204, 25		<mark>C</mark> .	Adjunto	3		781,02	9	51	C	Adjunto			781,02	9	51	C	Adjunto	3	439,97		2.403,1 9 2.332,0	51
	1	402,97	717,60	2.261, 88	5.052, 67			-	2		772,66	3 261	25			2	<u> </u>	772,66	3 261.9	25				415,06	Í	3 2.261,8	25
Assiste	2	380,16	715,66	2.035, 40	4.816, 67		+		2		717,60 715,66	2 025	67 ,4 4.816,	\parallel		2		717,60 715,66	2 035 /	67 4.816,	\parallel			402,97 380,16	,	8 2.035,4	67 4.816,
nte	1	377,15	666,66	2.020, 25	4.784, 25	l l I	B	Assistent e	1	377,15		2 020		В	Assisten e	t 2	1	666,66	2.020,2		В	Assistent e		377,15	,	0 2.020,2	
Auxilia	2	374,15	660,44	2.016,	4.764, 16		+	Adjunto-	2	374,15		2.016			Adjunto				2.016,0	1 1		Adjunto-		374,15	·	5 2.016,0	
r	1	352,98	616,83	1.931, 98	4.625, 50			A - se Doutor Assistent	_	.,_5	,	9	16	A	A - se Doutor Assister		,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	, , , ,	9	16	A	A - se Doutor Assistent		,_0		9	16
	•••••	•••••	•••••			L	J <u>.</u>	ASSISTELL				l		╽┕	rissister	щ	L	l .	l			L 1991916III	·	l .			

Legislação	Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2013 (texto aprovado pela Câmara dos Deputados)
	e-A - se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialis ta 352,98 616,83 1.931,9 4.625, 50	e-A - se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialis ta Mestre Auxiliar - se Graduado ou Expecialis ta MR)	e-A - se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialis ta " e-A - se Mestre Auxiliar - se Graduado ou Especialis ta "